

UFC – FEAAC

Fabício Landim de Sá

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
EM AMBIENTE COMPETITIVO
O Setor Bancário Nacional

Orientador: Prof. Marcos Holanda

Fortaleza-CE, Agosto de 1998. - 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ATUÁRIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE – FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Fabício Landim de Sá

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
EM AMBIENTE COMPETITIVO
O Setor Bancário Nacional

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Econômicas da UFC/FEAAC
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Marcos Holanda

Fortaleza-CE, Agosto de 1998.

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
EM AMBIENTE COMPETITIVO
O Setor Bancário Nacional

Monografia apresentada em 02 de Outubro de 1998 ao Curso de Ciências Econômicas da UFC/FEAAC como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aluno: Fabrício Landim de Sá

Banca Examinadora:

Prof. Marcos Costa Holanda
Orientador

Prof. Pichai Chumvichitra
Membro da Banca

Prof. Paulo de Melo Jorge Neto
Membro da Banca

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	1
II – MERCADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	3
II.1 – Moeda: Definição e Funções	4
II.2 – Política Monetária	7
II.3 – Mercados Financeiros	10
III – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	13
III.1 – Estruturação do Sistema Financeiro Nacional	13
III.2 – Atuação do Sistema no Financiamento às Empresas	17
III.3 – Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional pós-Real	18
III.4 – Programa de Ajuste dos Bancos Estaduais	20
IV – O SETOR BANCÁRIO NACIONAL	22
IV.1 – Estrutura do Setor Bancário Nacional	22
IV.2 – Produtos e Serviços Bancários	29
IV.3 – A Formação das Taxas de Juros	31
V – OS AJUSTES DO SETOR BANCÁRIO AO NOVO CENÁRIO MACROECONÔMICO	40
V.1 – Os Efeitos da Estabilidade Econômica	41
V.2 – A Reação do Setor Bancário	42
V.3 – Tendências para o Reposicionamento Estratégico	46
VI – CONCLUSÕES	53
VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

TABELAS

1. Brasil – Meios de Pagamentos e Componentes	6
2. Recolhimento Compulsório sobre o Sistema Bancário	8
3. Venda de Bancos com Recursos do PROER	19
4. Evolução da TJLP – Dezembro/94 a Maio/98	36
5. Receita Inflacionária	41
6. Remuneração de Pessoal/Valor da Produção dos Bancos	43
7. Desempenho das Instituições Bancárias – 10 Melhores	44

QUADROS

1. Instituições do Sistema Financeiro Nacional	16
2. Instituições Autorizadas a Operar pelo Banco Central do Brasil	18
3. Atuação do Banco Central sobre o Sistema Bancário	20
4. Bancos Estrangeiros no Brasil	51

GRÁFICOS

1. Taxas Básicas de Juros	33
2. Empréstimos em Atraso e em Liquidação no Sistema Financeiro	42
3. Participação das Instituições Financeiras no PIB – Brasil	44
4. Participação das Inst. Financeiros no PIB – Países Seleccionados	45
5. Comparativo dos Sistemas Bancários Mundiais – Rentabilidade	54
6. Comparativo dos Sistemas Bancários Mundiais – Despesas	54

I – INTRODUÇÃO

A função básica de um sistema financeiro é a de contribuir para uma eficiente distribuição dos recursos monetários em uma economia, servindo como intermediário entre os agentes superavitários – poupadores – e os agentes deficitários, ou demandadores de empréstimos.

O desenvolvimento do mercado financeiro desencadeia uma série de efeitos macroeconômicos, sendo os principais:

- i. ganho de eficiência em termos de produção, por permitir que agentes deficitários realizem investimentos;
- ii. incremento na formação bruta de capital através de maior incentivo à poupança individual;
- iii. queda na taxa de juros e no custo de oportunidade do capital pelo funcionamento competitivo da intermediação financeira; e
- iv. melhoria na distribuição de renda propiciada pelo acesso ao crédito.

Devido a existência de altas taxas de inflação associadas à necessidade constante de financiamento do déficit público através do mercado financeiro, o sistema bancário brasileiro nem sempre esteve voltado para a sua função básica de intermediação financeira. De fato, durante toda a década de 1980 até meados da década atual, predominou no setor bancário nacional a atividade denominada de “ciranda financeira”, onde os recursos captados como depósitos ou em trânsito nas instituições financeiras (recebimento de tributos, cobrança, pagamentos por conta de terceiros etc.) eram aplicados em títulos do governo, através de operações no mercado aberto – *overnight*.

Com a experiência de estabilidade de preços, e a conseqüente redução dos juros nominais, decorrentes da introdução do Plano Real, em 1994, deu-se início a um período de transformações estruturais no ambiente econômico que têm exigido profundos ajustes nas instituições participantes do Sistema Financeiro Nacional..

O objetivo deste trabalho é, então, analisar as medidas de ajustes, à luz das novas exigências competitivas introduzidas com a presença cada vez mais marcante das instituições estrangeiras. Assim, trataremos de forma abreviada, nos capítulos iniciais, das questões conceituais acerca dos mercados e operações financeiras e da estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

No capítulo IV iremos nos deter na estrutura do setor bancário nacional, passando pelos produtos e serviços disponíveis e analisando a formação das taxas de juros, questão essencial para o funcionamento efetivo da intermediação financeira.

Finalmente, iremos concluir analisando os novos desafios impostos para o setor, usando como referência as mudanças que se passam nas economias mais desenvolvidas – tendências a formação de grandes conglomerados de varejo, fusões e aquisições de instituições e desenvolvimento tecnológico – e verificando as exigências específicas do Brasil, onde o mercado de capitais é pouco desenvolvido, o nível de poupança interna é baixa e as necessidades das empresas vão desde carência de recursos financeiros até a capacitação empresarial.

II – MERCADOS E OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O Mercado Financeiro pode ser entendido como o ambiente onde se processam as transações com os ativos financeiros. Diferentemente dos ativos reais, bens ou serviços transacionados em um sistema econômico em função de sua utilidade, um ativo financeiro representa um direito em relação a uma unidade econômica, tendo sua demanda determinada em função do retorno que proporciona e por se constituir em reserva de valor¹.

Os ativos e mercados financeiros existem porque, em um dado período de tempo, alguns agentes econômicos poupam mais do que investem em ativos reais (ou não-monetários), enquanto que outros investem mais do que poupam. Para cobrir o excesso de investimento sobre poupança em um período, pode-se reduzir as aplicações em ativos financeiros ou aumentar os passivos financeiros, através do endividamento. A existência de mercados financeiros possibilita, portanto, a desigualdade entre investimento e poupança dos agentes econômicos tomados isoladamente.

A finalidade dos mercados financeiros consiste em alocar eficientemente a poupança de uma economia aos usuários finais dos recursos. Quanto mais dinâmicos os mercados financeiros de uma economia, mais eficiente a alocação da poupança às oportunidades de investimentos mais atraentes e também maior a formação de capital.

A intermediação financeira é uma das mais importantes inovações dos mercados financeiros, pois canaliza a poupança aos demandadores de recursos a um custo inferior e com menos inconvenientes do que seria possível em bases diretas. Os bancos são os principais intermediários financeiros, atuando nos mercados de crédito e no mercado de capitais.

¹ O aprofundamento das questões relacionadas às funções dos mercados financeiros encontra-se em HORNE (1972) e CONTADOR (1982).

A sofisticação da intermediação financeira encontra-se intrinsecamente ligada à evolução dos esquemas de trocas – compras e vendas – do lado real da economia. De acordo com SIMONSEN e CYSNE, em uma economia onde exista a divisão de trabalho², a única maneira de tornar tais esquemas eficientes consiste em substituir as trocas diretas pelas trocas indiretas, efetuadas com o uso da moeda.

II.1 – Moeda: Definição e Funções

Todos os instrumentos financeiros possuem um denominador comum: são expressos em termos de moeda – o meio de troca de aceitação geral. Ou seja, os fluxos financeiros realizam-se em termos monetários. A moeda, o mais líquido dos ativos, constitui o padrão de medida em relação ao qual os diversos tipos de instrumentos financeiros são comparados quanto ao seu grau de substituição – neste sentido, podemos definir “liquidez” como sendo a capacidade de realizar valores em moeda.

O termo moeda é usado para algo geralmente aceito em troca de bens e serviços ou em pagamento de dívidas. De outro modo, a moeda é um instrumento que, por possuir aceitação geral dos agentes de um sistema econômico, passa a ser usado como instrumento de troca.

Também podemos definir a moeda a partir das funções que ela desempenha:

- i. *Intermediário de Trocas* – com a impossibilidade de auto-suficiência em um sistema econômico onde prevaleça a divisão do trabalho tornou-se necessário a introdução de um instrumento de troca padronizado, a moeda. O uso da moeda permite uma maior eficiência na circulação das mercadorias produzidas, reduzindo o tempo empregado na comercialização.

² A divisão do trabalho requer uma certa especialização dos agentes econômicos, que optam por uma determinada atividade econômica, de acordo com suas habilidades e disponibilidade dos meios de

- ii. *Unidade de Valor* – a moeda expressa o valor dos bens e serviços em termos de uma unidade comum, que é o padrão monetário. Esta característica é que permite o surgimento do sistema de preços em uma economia de mercado.

- iii. *Reserva de Valor* – esta característica concede à moeda a possibilidade de conversibilidade imediata em outros ativos (reais ou financeiros), permitindo ao seu detentor optar entre usá-la ou mantê-la para uso posterior. O processo inflacionário destrói essa característica à medida que o seu valor real é corroído pela elevação dos preços.

Sob o ponto de vista histórico, a moeda tem assumido diversas formas ao longo do tempo, desde as moedas-mercadorias, passando pelas moedas-metálicas e moeda-papel, até o atual papel-moeda (ou moeda fiduciária ou sem lastro). Com a evolução do sistema bancário surgiram ainda:

- a) *Moeda Escritural* – que é representada pelos depósitos bancários à vista, os quais possuem liquidez equivalente à moeda legal³.

- b) *Quase-Moeda* – corresponde aos ativos financeiros cuja liquidez se aproxima da moeda (títulos públicos, certificados de depósitos a prazo, cadernetas de poupança etc.) ou por instrumentos que em momento específico substituem a moeda (cartões de crédito, *smart cards*, vales refeições etc.).

Os *meios de pagamentos* existentes em um sistema econômico são formados pelo conjunto dos haveres possuídos pelo setor não-bancário e que podem ser utilizados a qualquer momento, isto é, o total dos ativos de liquidez imediata do setor não-bancário da economia. Os meios de pagamentos possuem dois componentes: i) o

produção, em detrimento de todas as outras atividades essenciais para a sua subsistência, passando a depender dos bens e serviços produzidos por outros agentes econômicos.

³ Diferentemente do depósito à vista, onde o banco compromete reembolsar os recursos ao depositante quando este solicitar, os cheques não devem ser confundidos com moeda, sendo, simplesmente, uma ordem de pagamento ou transferência.

papel-moeda em poder do público, também chamado de moeda manual ou moeda corrente, e ii) os depósitos à vista nos bancos comerciais.

Tabela 01: Brasil – Meios de Pagamentos e Componentes
– (Valores em R\$ milhões)

Período	Meios de Pagamentos (M1)	Papel-moeda em poder do público	Depósitos à Vista
1997 Jan	33.609,0	13.981,0	19.628,0
Fev	36.309,0	13.716,0	22.593,0
Mar	37.135,0	12.900,0	24.235,0
Abr	35.991,0	12.982,0	23.009,0
Mai	36.544,0	13.357,0	23.186,0
Jun	37.482,0	13.088,0	24.394,0
Jul	35.643,0	13.139,0	22.504,0
Ago	37.903,0	13.611,0	24.292,0
Set	39.240,0	13.283,0	25.957,0
Out	39.472,0	13.935,0	25.537,0
Nov	40.255,0	14.756,0	25.498,0
Dez	47.728,0	18.110,0	29.619,0
1998 Jan*	42.894,0	15.588,0	27.305,0
Fev*	42.900,0	15.173,0	27.726,0
Mar*	41.212,0	14.245,0	26.967,0
Abr*	42.045,0	15.048,0	26.997,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 1998.

(*) Dados preliminares.

O monopólio da emissão de papel-moeda pertence aos bancos centrais mas, através da moeda escritural, os bancos comerciais (que podem receber depósitos à vista) podem “criar” moeda. Esse efeito, denominado de multiplicação dos meios de pagamentos, encontra-se assim descrito em SIMONSEN e CYSNE:

“No momento em que os bancos observaram que, por uma questão de cálculo de probabilidade, era possível emprestar parte dos depósitos à vista recebidos, pois era altamente improvável que todos os depositantes sacassem seus fundos ao mesmo tempo, começou a surgir esse fenômeno

da multiplicação. Os bancos passaram a manter encaixes bem inferiores aos seus depósitos e, com isso, os meios de pagamentos tornaram-se várias vezes superiores ao saldo do papel-moeda emitido. Isso porque, no momento em que um banco concede um empréstimo com base em seus depósitos à vista, o dinheiro passa a pertencer ao mutuário, sem que o depositante perca o direito de sacar seus fundos a qualquer instante. O mecanismo se repete, pois as pessoas que recebem o empréstimo de um banco, ou que com ele são pagas, acabam depositando parte do dinheiro em algum outro banco, que irá expandir seus empréstimos, e assim por diante. No final, o volume de meios de pagamentos torna-se várias vezes superior ao saldo do papel-moeda emitido.”⁴

II.2 – Política Monetária

A ação da política monetária tem como objetivo promover a estabilidade econômica do país, através do controle do processo inflacionário, interferindo nos níveis de produção e emprego.

O Banco Central é o principal agente de execução da política de controle monetário, regulando o nível moeda em circulação e agindo sobre o multiplicador do sistema bancário.

O papel essencial do Banco Central é regular o fluxo de moeda e do crédito em uma economia. A estrutura jurídica dos diversos Bancos Centrais varia de acordo com o país, mas suas funções serão as mesmas, conforme poderemos ver a seguir:

- i. *Banco dos Bancos* – o Banco Central atual como “caixa” dos diversos bancos comerciais de um sistema econômico, recebendo seus depósitos (que no caso brasileiro ficam abrigados na conta de “Reservas Bancárias”) e transferindo recursos entre eles. Além

⁴ SIMONSEN e CYSNE (1989), página 13.

dessas atividades, o Banco Central controla, fiscaliza e regula as atividades bancárias.

- ii. *Banco do Governo* – parte dos recursos momentaneamente ociosos do governo ficam depositados no Banco Central. Do outro lado, quando necessita de recursos, o governo utiliza-se do Banco Central para a venda de títulos representativos de seu endividamento diretamente ao público ou para o próprio Banco Central.
- iii. *Controle e Regulamentação da Oferta de Moeda* – é a principal função de um Banco Central e, para tal fim, utiliza-se de diversos instrumentos, sendo os principais as emissões de papel-moeda, a manutenção de reservas compulsórias pelos bancos comerciais, operações de redesconto e as operações no mercado aberto (*open market*).

Os instrumentos tradicionais da política monetária, são:

- a) *Orçamento Monetário*: para melhor comandar a execução da política monetária e creditícia, as autoridades monetárias elaboram anualmente um Orçamento Monetário, onde estabelecem metas de expansão ou contração dos meios de pagamentos (papel-moeda em poder do público e depósitos à vista no sistema bancário), determinando os níveis desejados de crédito e da oferta de moeda;
- b) *Recolhimentos Compulsórios*: atuam diretamente sobre o volume das reservas disponíveis no sistema bancário alterando o efeito do multiplicador. No Brasil, o depósito compulsório foi instituído em 1932, com a criação da Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, onde os bancos comerciais deveriam depositar uma parcela do volume global de depósitos. Os percentuais e bases de recolhimento irão variar de acordo com as necessidades de condução da política

monetária, sendo, atualmente, o Banco Central do Brasil responsável por esta determinação e pela custódia dos valores;

Tabela 2: Recolhimento Compulsório sobre o Sistema Bancário

País	Aliquotas (%)	Relação PIB
Brasil	Entre 15,00% e 100%	6,00 %
EUA	Entre 3,00% e 10,00%	0,22 %
Japão	Entre 0,05% e 1,80%	0,68 %
Alemanha	Entre 1,50% e 2,00%	1,08 %
Espanha	2,00%	1,29 %
França	Entre 0,50 e 1,00%	0,26 %
Itália	15,00%	3,74 %

Fonte: BIS e Banco Central do Brasil, in Gazeta Mercantil (1998)

- c) *Redesconto*: o redesconto é um empréstimo que os bancos recebem do Banco Central para cobrir eventuais problemas de liquidez, decorrentes da maior demanda por empréstimos por parte do público. Sua utilização como instrumento de política monetária centra-se nas taxas cobradas pelo Banco Central e na disponibilidade de recursos disponíveis para esta finalidade. Sua ação sobre os meios de pagamentos se caracteriza através da variação das reservas bancárias, além de influenciar na capacidade de expansão dos empréstimos do sistema bancário, agindo diretamente no nível de taxas de juros do mercado. As operações poderão ser de assistência financeira de liquidez ou operações de refinanciamento seletivo, suprimindo deficiências geradas por sazonalidades, contribuindo para a comercialização da produção ou para incentivar exportações;
- d) *Mercado Aberto*: absorve as transações de compra e venda de títulos públicos por parte do Banco Central⁵, visando adequar as condições de liquidez da economia em consonância com a implementação do Orçamento Monetário. As operações no mercado aberto, ou *open*

⁵ Os títulos poderão ser representativos da dívida pública, quando emitidos pelo Tesouro Nacional, ou para controle monetário, estes de emissão do Banco Central. Em qualquer dos casos, o Banco Central será o responsável pela venda no mercado primário.

market, exercem influência direta no volume de recursos disponíveis no sistema bancário, alterando a composição dos ativos financeiros que o setor privado retém e sobre o nível de juro básico da economia, já que esses títulos são avaliados como os que possuem menor risco de inadimplência.

II.3 – Mercados Financeiros

Os mercados financeiros podem ser divididos conforme seus tipos básicos de operações, ou seja, em mercado cambial, de capitais, de crédito e monetário. Cabe ressaltar que nem todas as operações dos mercados financeiros envolve a intermediação financeira. Algumas operações, como as operações de troca de divisas, envolve simplesmente a compra e venda de diferentes ativos financeiros. Outras, como as operações nos mercados derivativos, representam trocas de posição (ativa/passiva) com fins de especulação ou cobertura de risco – *hedge*.

Mercado Cambial

O mercado de câmbio é o maior mercado mundial, sendo seus participantes: os exportadores e importadores de bens, mercadorias e serviços; os administradores de patrimônio; os bancos centrais; corretoras e bancos nacionais e internacionais.

Este mercado oferece recursos destinados a superar as dificuldades motivadas pela utilização da moeda própria de cada país, pelas grandes distâncias e por outros aspectos que caracterizam o intercâmbio comercial e financeiro internacional.

A principal tarefa do mercado cambial é possibilitar aos agentes comerciais e financeiros converterem seus ativos mantidos em determinada moeda em outras, de acordo com a necessidade.

Moeda e câmbio não têm o mesmo significado, contudo, quando uma moeda é transacionada no mercado cambial ela torna-se *divisa*, utilizando, a partir daí, a expressão de mercado cambial ou mercado de divisas.

Mercado de Capitais

No mercado de capitais temos as transações com os títulos e valores mobiliários. Esses títulos podem ser representativos de dívida (como as debêntures, as letras de câmbio, os *commercial papers*, dentre outros), de propriedade de capital (ações e bônus de subscrição), híbridos (títulos de dívida conversíveis em propriedade de capital, tal como as debêntures conversíveis em ações), direitos sobre ativos (títulos lastreados em *commodities*, como a Cédula do Produtor Rural-CPR) e derivativos (operações derivadas dos outros mercados, como opções, futuros e *swaps*).

Uma característica essencial dos títulos transacionados no mercado de capitais é a sua mobilidade (daí o termo valores mobiliários)⁶. Diferentemente das operações de crédito concedidas por um banco comercial, por exemplo, onde a capacidade de venda do contrato de crédito é limitada, esses títulos podem transitar livremente entre os diversos agentes econômicos, bastando, para tal, que existam compradores e vendedores no mercado.

No Brasil o mercado de capitais ainda não se desenvolveu de forma plena, fato que limita sua utilização pelas empresas que buscam recursos de médio e longo prazos para o financiamento de suas atividades. Esta limitação mostra-se nos elevados custos de acesso, referentes às exigências legais para a abertura de capital de uma empresa (auditoria externa, administração profissional, política de relacionamento com o mercado, comissões de intermediação etc.), e pela pouca liquidez do mercado, haja visto a pequena expressão dos chamados investidores institucionais e pela própria instabilidade econômica.

⁶ Uma leitura aprofundada sobre os títulos e valores mobiliários poderá ser encontrada em BACEN, 1997.

Mercado de Crédito

Engloba o conjunto de operações de crédito e financiamento concedidas pelo sistema financeiro, desde as operações de financiamento ao consumidor, passando pelo fornecimento de capital de giro para as empresas, investimentos em capital fixo, até as operações de crédito imobiliário.

Além das instituições bancárias, participam desse mercado as Financeiras (Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos), as Companhias de *Leasing*, as Sociedades de Crédito Imobiliário e Associações de Poupança e Empréstimo, as Caixas Econômicas e as Cooperativas de Crédito.

Os tipos de operações e a formação das taxas de juros do mercado de crédito encontram-se no Capítulo IV deste trabalho.

Mercado Monetário

O mercado monetário é o ambiente onde se processam as transações de compra e venda de títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e bancários. Com relação aos títulos públicos, temos as operações de financiamento do déficit orçamentário dos tesouros e a execução da política monetária do *open market*.

Os títulos bancários, basicamente os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI e Certificados de Depósitos Bancários – CDB, são os instrumentos

III – SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

III.1 – Estruturação do Sistema Financeiro Nacional

A atual estrutura do Sistema Financeiro Nacional fundamenta-se na Lei 4.595, de 31/12/64, responsável pela criação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Posteriormente, através da Lei 4.728, de 14/07/65 o governo definiu como novos participantes do mercado de capitais: os bancos de investimento, as sociedades imobiliárias, as sociedades e fundos de investimento e as corretoras e distribuidoras de valores mobiliários.

A estrutura funcional do Sistema Financeiro Nacional se subdivide em dois subsistemas: normativo e de intermediação. A estrutura normativa foi concluída em 07/12/76, através da Lei 6.385 que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Dentre os diversos fatos importantes para o aperfeiçoamento do Sistema Financeiro Nacional, podemos destacar:

- surgimento dos bancos múltiplos em 1988;
- enquadramento aos padrões de capitalização estabelecidos no Acordo de Basiléia (Resolução do CMN nº 2.099, de 17/08/94). A partir de 1999 os valores mínimos de patrimônio líquido dos bancos deverão corresponder a 11% dos ativos ponderados pelo risco. Hoje o mínimo é de 10%, enquanto o Acordo da Basiléia recomenda 8%. Para as operações dos bancos nos mercados de derivativos, diminuem os limites permitidos de alavancagem já em 1998;
- instituição do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema (PROER) (Resolução do CMN nº 2.208, de 03/11/95);

- aprovação do estatuto e regulamento do Fundo de Garantia de Créditos (Resolução do CMN nº 2.211, de 16/11/95);
- permissão para cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras (Resolução nº 2.203, de 25/07/96);
- criação da Central de Risco de Crédito (Resolução nº 2.390, de 22/05/97);

Subsistema Normativo

Tem como principal órgão o Conselho Monetário Nacional (composto pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central), responsável pela fixação das diretrizes da política monetária, creditícia e cambial, buscando harmonizar estas políticas com as políticas de investimento, capital estrangeiro e comércio exterior. Subordinados ao Conselho Monetário Nacional encontram-se o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e a Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Conforme FORTUNA (1997), as principais funções do Conselho Monetário Nacional são:

- ajustar os meios de pagamento, através do controle das emissões de moeda;
- regular o valor interno e o poder de compra da moeda nacional, através do controle da inflação;
- regular o valor externo da moeda, através da política cambial;
- orientar a aplicação de recursos por parte das instituições financeiras;
- zelar pela liquidez e solvência do sistema financeiro;
- coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária fiscal e da dívida pública; e
- regular a constituição, o funcionamento e a fiscalização das instituições financeiras.

Cabe ao Banco Central a execução das políticas monetárias e cambial do país e a fiscalização das instituições financeiras, sendo o órgão executivo central do sistema financeiro e tendo as seguintes funções principais:

- é responsável pela emissão de moeda física;
- execução dos serviços de meio circulante;
- recebimento dos depósitos compulsórios das instituições financeiras;
- realização de redescontos e empréstimos de liquidez;
- compra e venda de títulos públicos, através do lançamento primário de títulos representativos de dívida pública e de controle da moeda e juros e de intervenções no mercado monetário;
- exercer o controle do crédito;
- autorizar o funcionamento e operações das instituições financeiras; e
- controlar o fluxo de capitais estrangeiros.

À CVM, que tem como objetivo final o fortalecimento do mercado de capitais, cabe estimular a aplicação de poupança no mercado acionário; assegurar o funcionamento eficiente das Bolsas de Valores e instituições auxiliares, proteger os investidores contra emissões irregulares e fiscalizar a emissão, o registro e a negociação de títulos emitidos pelas companhias abertas. A SUSEP é uma autarquia responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada e capitalização. A Secretaria de Previdência Complementar, órgão ligado ao Ministério de Previdência e Assistência Social, é responsável pelo controle e fiscalização das entidades fechadas de previdência privada.

Subsistema de Intermediação

O subsistema de intermediação trata da transferência de recursos entre os agentes poupadores e os demandadores de crédito. Sua estrutura encontra-se básica resumida a seguir:

Quadro 1: Instituições do Sistema Financeiro Nacional

Instituições	Integrantes	Características
Agentes Especiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BNDES; ▪ Banco do Brasil; ▪ Caixa Econômica Federal; ▪ Banco da Amazônia; ▪ Banco do Nordeste 	Funcionam como banco de fomento e na maioria dos casos podem criar moedas;
Instituições Financeiras captadoras de depósitos à vista	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bancos Comerciais; ▪ Caixas Econômicas; ▪ Cooperativas de Crédito; ▪ Bancos Múltiplos, c/ Carteira Comercial 	Captam depósitos e concedem crédito. Têm capacidade de criar moeda.
Demais Instituições Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bancos de Investimento; ▪ Bancos de Desenvolvimento ▪ Sociedades de Crédito; Financiamento e Investimento (financeiras) ; ▪ Sociedades de Crédito Imobiliário; ▪ Associações de Poupança e Empréstimo; ▪ Bancos Múltiplo, sem Carteira Comercial; ▪ Companhias Hipotecárias 	Intermediam recursos mas não têm capacidade de criar moeda; Os bancos de investimento têm como função principal fortalecer o processo de capitalização das empresas.
Outros Intermediários ou Auxiliares Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bolsas de Mercadorias e de Futuros; ▪ Bolsas de Valores; ▪ Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários; ▪ Sociedades Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários; ▪ Sociedades de Arrendamento Mercantil; ▪ Sociedades Corretoras de Câmbio; ▪ Agentes Autônomos de Investimento; 	Realizam intermediação financeira e transacionam títulos e valores mobiliários no mercado de capitais ou exercem funções específicas como os nomes indicam.
Entidades Ligadas aos Sistemas de Previdência e Seguros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entidades Fechadas de Previdência Privada; ▪ Entidades Abertas de Previdência Privada; ▪ Sociedades Seguradoras; ▪ Sociedades de Capitalização; ▪ Sociedades Adm. de Seguro-Saúde; 	Exercem funções específicas como os nomes indicam.
Entidades Administradoras de Recursos de Terceiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundos Mútuos; ▪ Clubes de Investimentos; ▪ Carteiras de Investidores Estrangeiros; ▪ Administradoras de Consórcios 	Administram recursos de terceiros investindo-os no mercado de capitais.
Sistema de Liquidação e Custódia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC; ▪ Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP; ▪ Caixas de Liquidação e Custódia. 	Realizam Custódia e Liquidação Financeira de operações com títulos públicos (SELIC) e privados

III.2 – Atuação do Sistema no Financiamentos às Empresas

O capital de terceiros (inscrito na forma contábil de exigibilidades ou empréstimos) tem sido a principal alternativa de financiamento das empresas brasileiras que utilizam recursos dos Agentes Especiais (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) que são os responsáveis pela política de investimentos de longo prazo do Governo Federal. Esses Agentes fornecem ao sistema produtivo tanto o crédito especializado (rural, industrial, infra-estrutura e serviços) como o de funcionamento (capital de giro e financiamento de curto prazo ao comércio exterior).

Ainda no que diz respeito ao crédito, o setor produtivo também é atendido pelas Instituições financeiras bancárias e não bancárias onde se destacam os bancos comerciais, que têm a função de suprir os recursos de curto e médio prazos ao comércio, à indústria, às empresas prestadoras de serviços e às pessoas físicas, e os bancos múltiplos que possuem pelo menos duas das carteiras a seguir: carteira comercial, de investimento ou desenvolvimento (esta última exclusiva para bancos públicos) e de crédito imobiliário.

Os lançamentos de ações ou debêntures conversíveis em ações, principais instrumentos de capitalização de risco das empresas brasileiras, têm como grandes fornecedores de recursos os investidores institucionais que utilizam os serviços dos bancos de investimentos para adquirir títulos de companhias abertas no mercado primário. A participação do público em geral na aquisição de valores mobiliários (ações e debêntures conversíveis em ações) no mercado primário, ou mesmo no mercado secundário, não tem-se mostrado muito representativa. Os principais atores nesse mercado continuam sendo os investidores institucionais (principalmente os fundos de pensão nacionais) e os fundos de capital estrangeiro.

III.3 – Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional pós-Real

A estabilização monetária verificada após o Plano Real, com a conseqüente redução da receita inflacionária do sistema bancário e a maior exigência de capitalização, decorrente da adesão aos termos do acordo de Basiléia, induziram a uma reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, verificando-se uma onda de fusões e aquisições no sistema, além de liquidações de instituições que não se adaptaram ao novo cenário.

Utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 52 da Constituição, o governo tem autorizado mediante decretos a participação estrangeira no capital de instituições financeiras nacionais. O reconhecimento dessa participação como de interesse nacional tem permitido a aquisição de instituições nacionais por grandes bancos estrangeiros, o que prenuncia um aumento significativo na competição no setor bancário.

Quadro 2: Instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil

Tipos de Instituição	1992	1993	1994	1995	1996
Instituições com Carteira Comercial					
Bancos Comerciais	36	34	35	35	37
Bancos Múltiplos	175	182	193	198	195
Total	211	218	228	233	232
Instituições com Carteira de Investimentos					
Bancos de Investimentos	20	17	17	17	23
Bancos Múltiplos	101	105	115	115	110
Total	121	122	132	132	133
Instituições com carteira de crédito, Financiamento e Investimento					
Financeiras	41	42	42	42	47
Bancos Múltiplos	158	165	174	179	172
Total	199	207	216	221	219
Instituições com Carteira de Crédito Imobiliário					
Crédito Imobiliário	26	8	7	21	20
Bancos Múltiplos	78	82	80	78	79
Total	104	90	87	99	99
Instituições com carteira de desenvolvimento					
Bancos de Desenvolvimento	9	8	6	6	6
Bancos Múltiplos	15	15	18	18	20
Total	24	23	24	24	26

Fonte: Banco Central do Brasil, 1998.

Outra medida que estimulou os processos de fusão e aquisição foi a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER), que permitiu o acesso dos participantes a linha de crédito especial com o intuito de proteger os depositantes das instituições com problemas de liquidez. Além disso, permitiu que os gastos dos bancos com a reestruturação, reorganização e modernização pudessem ser diferidos em até dez semestres.

O total de empréstimos liberados pelo PROER nos anos de 1995 e 1996 atingiu o montante de R\$ 20,8 bilhões. A soma desse valor com a capitalização do Banco do Brasil (R\$ 8 bilhões) corresponde a 3,8% do PIB do Brasil em 1996, estimado em R\$ 752,4 bilhões. Esse percentual, embora grande, é inferior a percentuais verificados nos ajustes dos sistemas de outros países da América do Sul ou mesmo dos Estados Unidos .

Tabela 3: Venda de Bancos com Recursos do PROER

Regime	Operação
Bancos em Intervenção	Venda de Parcela dos Ativos e Passivos para:
Banco Econômico	Banco Excel e Caixa Econômica Federal (CEF)*
Banco Nacional	Banco Unibanco
Banco Mercantil de PE	Banco Rural
Banco Banorte	Banco Bandeirantes e CEF*
Banco Bamerindus	Hong Kong Shanghai Bank (HSBC), CEF*
Bancos que não estavam em intervenção	Transferência de Controle Acionário para:
Banco United	Banco Antônio Queiroz
Banco Martinelli	Banco Pontual

* Apenas a Carteira Imobiliária

Fonte: BARROS e ALMEIDA JÚNIOR, 1997 pág. 12.

Do início do Plano Real até novembro de 1997, pelo menos 43 instituições passaram por algum tipo de ajuste que resultou em transferência de controle acionário (com e sem recursos do PROER) ou incorporação por outras instituições. O BACEN decretou a liquidação de 32 bancos, Regime de Administração Especial Temporária em 6 e intervenção em um banco, enquanto 4 foram à falência.

**Quadro 3: Atuação do Banco Central sobre o Sistema Bancário
Julho/1994 – Novembro/1997**

Tipo de Banco	Número de Intervenções
Banco de Investimento	1
Banco Comercial	4
Banco Comercial Público Estadual	3
Banco de Desenvolvimento Estadual	1
Banco Múltiplo Nacional com participação estrangeira	2
Banco Múltiplo Privado Nacional	28
Banco Múltiplo Público Estadual	4
Total	43

Fonte: MINFAZ-SPE, 1997.

III.4 – Programa de Ajuste dos Bancos Estaduais

A raiz dos problemas dos bancos estaduais brasileiros está relacionada com o uso dessas instituições, no passado, no processo de endividamento dos Estados. Ao lançar títulos de dívida pública, sem oferta de recursos no mercado financeiro, os Estados obrigavam que seus bancos comprassem esses papéis, mesmo que colocando em risco a liquidez destas instituições.

Com o agravamento da crise fiscal dos estados, os bancos estaduais tiveram sua liquidez comprometida, exigindo medidas de reestruturação em seu modelo operacional e de um programa de ajuste fiscal dos estados, para viabilizar o pagamento das dívidas destes junto aos seus respectivos bancos estaduais.

O processo de ajuste dos bancos estaduais, dentro do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), consiste na transformação desses bancos em agências de fomento ou instituições não financeiras, privatização pelos governos estaduais, federalização para posterior privatização ou a simples extinção.

Como incentivo e medida vinculada à reestruturação desses bancos, o Governo Federal promove um amplo programa de ajuste fiscal dos seus principais acionistas (os Estados), mediante o refinanciamento de suas dívidas mobiliárias. O processo de privatização dessas instituições estaduais foi iniciado efetivamente em 1997, com a venda do BANERJ ao Banco Itaú e do CREDIREAL, de Minas Gerais, ao Banco de Crédito Nacional (BCN).

Atualmente existem 25 instituições estaduais e o Governo Federal estima utilizar cerca de R\$ 50 bilhões no refinanciamento de passivos e outras medidas de reestruturação, já estando programada a extinção de 14 instituições.

A conclusão do processo de reestruturação dos sistemas financeiros estaduais reduzirá para 6,5% a participação dos bancos controlados por estados no total do sistema, se tomado como critério o volume de captações. Antes da introdução do PROES, essas instituições eram responsáveis por 19,3% dos total de depósitos captados (à vista, a prazo, interfinanceiros, poupança e assistência financeira do Banco Central.

IV – O SETOR BANCÁRIO NACIONAL

IV.1 – Estrutura do Setor Bancário Nacional

Os primeiros bancos surgiram no Brasil ainda no período colonial, na forma de bancos comerciais voltados principalmente às atividades mercantis. Atuando essencialmente nos setores primários e de exportação, os primeiros bancos dividiam o ambiente financeiro com outras instituições de apoio e serviços, tais como casas de importação e exportação.

Nesse primeiro período, o financiamento das companhias de comércio dava-se através de suas próprias casas matrizes de origem. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foi criado o Banco do Brasil, primeira instituição financeira do país. Inicialmente operando no Rio de Janeiro e, em seguida, na Bahia (1818) e São Paulo (1820). A partir daí ocorreram os seguintes fatos:

- **1833** – aprovada a criação de um segundo Banco do Brasil que, no entanto, não obteve a subscrição mínima de capital para a sua constituição;
- **1836** – criação do primeiro banco comercial privado do país (Banco do Ceará), que encerrou suas atividades em 1839;
- **1838** – criação do Banco Comercial do Rio de Janeiro;
- **1845** – criação do Banco da Bahia;
- **1847** – criação do Banco do Maranhão;
- **1851** – criação do Banco Comercial de Pernambuco e do novo Banco do Brasil;

- **1853** – fusão do Banco Comercial do Rio de Janeiro e do Banco do Brasil, mantendo-se esta última denominação;
- **Década de 1850** – surgimento do Banco Comercial e Agrícola, Banco Rural e Hipotecário, Banco da Província do Rio Grande do Sul e Banco Comercial do Pará;
- **Década de 1960** – surgem os primeiros bancos estrangeiros, o London & Brazilian Bank e The Brazilian and Portuguese Bank;
- **1892** – incorporação do Banco do Brasil ao Banco da República dos Estados Unidos do Brasil;
- **1905** – liquidação do Banco da República do Brasil;
- **1906** – reativação do Banco do Brasil;
- **1920** – criação da Inspeção Geral dos Bancos, subordinada ao Ministério da Fazenda;
- **1921** – instalação da Câmara de Compensação e da Carteira de Redescontos, ambas do Banco do Brasil;
- **1933** – promulgação da Lei da Usura, estabelecendo um teto máximo de 12% ao ano para a taxa nominal de juros.

A segunda etapa, que cobre o período do pós guerra até o advento da Lei 4595, constituiu-se num período de transição, que sujeitou o sistema financeiro a marcantes modificações, entre as quais:

- a implantação da Superintendência da Moeda e Crédito – SUMOC, em 1945⁷;
- a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (atual BNDES), instituição financeiro de fomento à atividade econômica;

⁷ Órgão normativo, de assessoria, controle e fiscalização que serviria como passo inicial para a criação de um banco central.

- a criação de bancos regionais de fomento (Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul);
- aparecimento das companhias de crédito, financiamento e investimento, destinadas a financiar o consumo, em condições compatíveis com a nova estrutura de produção e consumo do país.

Com a reforma do sistema financeiro, ocorrida nos anos de 1964 e 1965, tem-se a terceira etapa de evolução do setor bancário. Neste período, três leis introduziram o modelo que, em sua estrutura básica, perdura até os dias atuais. São elas:

Lei 4380 – instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, criou o Banco Nacional da Habitação – BNH e institucionalizou o Sistema Financeiro da Habitação. Atualmente, essas atribuições são encapadas pela Caixa Econômica Federal.

Lei 4595 – estruturou o Sistema Financeiro Nacional nos seus moldes atuais (apresentado no Capítulo III), definindo áreas de atuação específicas e transformou a SUMOC no Banco Central do Brasil e no Conselho Monetário Nacional.

Lei 4728 – disciplinou o mercado de capitais. Em 1976 incorporou-se a este conjunto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, criada pela Lei 6385.

A quarta etapa dá-se em 1988, quando o sistema financeiro brasileiro ingressa num período de grande transformação estrutural, na medida que foi amplamente facilitado o acesso à atividade bancária. Com a edição, pelo Banco Central, das Resoluções 1524 e 1649, criando os Bancos Múltiplos, teve-se grande simplificação operacional e o fim da prática anteriormente utilizada chamada de aquisição de cartas patentes, o que possibilitou a entrada de novas instituições no mercado.

Segundo dados da FEBRABAN, o sistema bancário brasileiro é formado por 230 bancos, que correspondem por cerca de 32.000 pontos de atendimento (agências e postos de serviços), empregam 500.000 pessoas diretamente e uma movimentação de 40 milhões de contas correntes e 53 milhões de contas de poupança⁸.

Basicamente estes bancos encontram-se divididos em grupos segundo suas atividades e seus públicos-alvos: bancos de varejo, bancos de investimentos, bancos intermediários, bancos estrangeiros, bancos oficiais e bancos de nicho.

Bancos de Varejo

Os bancos de varejo são atualmente as maiores instituições do sistema, concentrando a maior parte dos ativos. O crescimento dessas instituições durante a década de 1970 deu-se pela adoção de uma estratégia agressiva de fusões e aquisições. Ao longo dos anos, a maior parte do seu lucro derivou do *float* sobre os recursos não remunerados (depósitos à vista, recebimento por terceiros, recolhimento de impostos e tributos etc.).

A necessidade de se administrar uma enorme quantidade de documentos movimentados diariamente implicou na criação de uma enorme rede nacional de agências e postos de atendimentos, conectados eletronicamente. Contudo, apesar de importantes avanços tecnológicos, notadamente no campo de auto-atendimento, as operações de varejo ainda são caracterizadas pela alta participação do elemento humano nos processos operacionais e pelas despesas excessivas (*marketing*, estrutura operacional e investimentos em tecnologia), que, conforme estudo da Ernst & Young (1996), geralmente representam 15% do total de ativos.

Como exemplos de instituições de varejo temos o Bradesco, Itáu, HSBC Bamerindus, Unibanco e Real, como os principais.

⁸ Dados de julho de 1997.

Bancos de Investimentos

Os bancos de investimentos são bancos de atacado onde a principal fonte de recursos é negociação de propriedades e títulos e assessoria com engenharia financeira.

Ao contrário dos bancos de varejo, estas instituições não obtém lucro diretamente do *float* gerados pelos recursos de terceiros, mas sim através da intermediação de títulos e assumindo posições especulativas nos mercados financeiros, especialmente nos mercados monetário e de câmbio. É comum a estas instituições manterem posições descasadas de seus ativos líquidos aceitando, de certa forma, riscos na flutuação de preços desses ativos que bancos de varejo não aceitariam.

Seus ativos fixos (na forma de agências, equipamentos etc.), quando comparados com o capital social, são usualmente insignificantes, e o retorno sobre capital próprio tem girado, nos últimos anos, por volta de 50%⁹.

A tendência deste segmento com a estabilidade econômica é de atuar de forma semelhante aos bancos de investimentos americanos, ou seja, agindo principalmente no auxílio a empresas dos demais setores em controlar seus ativos, na emissão de títulos, em operações societárias etc.

Os bancos Garantia¹⁰, Icatu, BBA Creditanstalt, Pontual, SRL, Fonte-Cidam e o Bozzano-Simonsen são exemplos de bancos de investimentos.

Bancos Intermediários

São instituições híbridas, com ação de bancos de varejo de menor porte e bancos de investimentos. Sua rede de agências não é tão extensiva como dos bancos de varejo grandes e médios, concentrando suas forças geralmente em uma determinada região geográfica.

⁹ ERNST & YOUNG, 1996.

¹⁰ Em processo de venda ao Credit Suisse First Boston.

Suas atividades combinam operações características de bancos comerciais (recebimento de depósitos, cobrança, recolhimentos de impostos e tributos, dentre outras), operações de crédito e operações típicas de bancos de atacado (como a intermediação de ativos). Apesar disto, alguns destes bancos podem possuir uma atuação mais pronunciada em determinadas áreas de negócio, como o BCN, por exemplo, que se especializou em operações de crédito.

Além do BCN, cujo controle passou a ser do Bradesco e que continuará com ação independente, outros como o Noroeste (comprado pelo Santander), Safra e o Mercantil-FINASA encontram-se sob esta divisão.

Bancos Estrangeiros

A maioria dos bancos estrangeiros instalados no Brasil, até 1995, assemelhavam-se aos pequenos bancos múltiplos de capital nacional: trabalham com uma estreita linha de produtos e uma pequena rede de distribuição. Contudo, possuem vantagens próprias que garantem vantagens competitivas importantes:

- Possuem produtos desenvolvidos no exterior com cliente potenciais aqui, principalmente no ramo de derivativos e gerenciamento de risco;
- Possuem facilidades na captação de recursos externos, com o aval de suas matrizes, em mercados maduros e taxas de juros baixas;
- São importantes parceiros na colocação de títulos no exterior, atendendo tanto a empresas como a outros bancos instalados no Brasil;
- Podem trazer tecnologias e produtos para o mercado nacional sem sofrer qualquer tipo de concorrência, uma vez que o mercado

bancário encontra-se fechado à franca entrada de novas instituições deste tipo¹¹;

- São considerados, pelos poupadores nacionais, “porto seguro” no caso de rompimento de uma crise de confiança no mercado em relação aos bancos nacionais.

Como exemplos, podemos citar o Citibank, Bank of Boston, ABN-Amro, Deutsche Bank, dentre outros. A partir de 1995, somam-se a estes os grandes conglomerados bancários internacionais de varejo que estão entrando no Brasil e ainda não definiram claramente a estratégia de ação, como o HSBC (inglês), o Santander e Bilbao Vizcaya (espanhóis), Espírito Santo e Caixa Geral de Depósitos (portugueses) e o Crédit Agricole (francês).

Bancos Oficiais

Figuram entre as maiores instituições do país, tiveram sua origem ligada a ação de fomento ao investimento privado, como o caso do BNDES, CEF e os bancos de desenvolvimento regionais, e como caixa dos tesouros federal, estaduais e municipais (Banco do Brasil, Banespa, Banerj, BEC etc.).

Devido a sua forte ligação com interesses políticos (e não públicos), o papel de indução ao desenvolvimento dessas instituições foi desvirtuado e, principalmente com os bancos estaduais, suas funções se restringiram ao papel de barganha política (empregos, empréstimos e facilidades) e garantindo, às expensas de seus depositantes, a liquidez do endividamento público.

O Banco Central tem envidado esforços no sentido a restringir a existência dos bancos públicos estaduais, concedendo privilégios na renegociação das dívidas dos estados que admitam extinguir ou privatizar suas casas bancárias. Quanto às

¹¹ O Banco Central do Brasil tem cobrado “pedágios” para permitir a entrada de novas instituições estrangeiras no mercado que consistem na compra de bancos nacionais em dificuldades financeiras, como aconteceu com o Excel-Econômico, o Bamerindus e o BCN.

instituições públicas federais, resta serem repensadas quanto à sua importância social e econômica e se adequarem às novas exigências do cenário atual.

Bancos de Nichos

De porte reduzido e com alta especialização em suas atividades, estas instituições concentram suas ações em determinado segmento de clientes e, conhecendo suas características e necessidades de forma profunda, conseguem oferecer produtos de eficiência e eficácia mais elevadas que os oferecidos por um banco múltiplo de maior porte.

Também existem os casos de bancos criados exclusivamente para atender as necessidades financeiras grupos empresariais a que fazem parte, como, por exemplo, os bancos ligados às montadoras de automóveis (Banco Fiat e Banco GM), o Banco Votorantim, ligado ao grupo de mesmo nome com forte atuação no setor de cimento, e o Banco Fibra, ligado ao Grupo Vicunha.

IV.2 – Produtos e Serviços Bancários

Como em qualquer outro setor, é básico, para o desenvolvimento dos bancos, a correta determinação de sua matriz de produtos e mercados. No entanto, a dificuldade existente nesta definição reside, justamente, na questão da similaridade dos produtos e serviços entre instituições financeiras operantes nas mesmas carteiras. Esta característica advém do grau de detalhe da regulamentação das autoridades monetárias sobre os produtos operáveis em cada carteira e dos serviços possíveis, restringindo a liberdade de ação.

Assim, pode-se deduzir que a inovação em produtos e serviços bancários é uma matéria de difícil resolução e que tende a se diluir rapidamente, à medida em que

o mercado reproduz as novidades com relativa facilidade. No caso brasileiro, a premissa subjacente a toda legislação do Banco Central é que apenas são permitidas as operações regulamentadas, contrariamente às expectativas do mercado, que tendem a privilegiar o conceito de que é permitido tudo o que não é proibido. Entre estes aparentes conflitos é que surgem alguns produtos inovadores no setor financeiro. Porém, em sua maioria, estes não se distinguem sobremaneira entre si e os fatores críticos de sucesso estão fortemente centrados na correta avaliação do foco de atuação da instituição e na seleção dos seus mercados alvo.

As principais carteiras de operações podem ser assim apresentadas:

- a) **Financiamentos e Empréstimos:** compreende as operações bancárias ativas, tais como financiamento ao consumidor, financiamento para capital de giro, financiamento de capital fixo e crédito imobiliário.
- b) **Retorno Financeiro:** envolve as captações feitas nos mercados tradicionais (depósitos e prazo, letras de câmbio, fundos e poupança); mercados financeiros (depósitos a prazo de investidores institucionais, operações compromissadas, depósitos interbancários e cessões e aquisições de crédito) e as operações efetuadas no mercado de capitais (ações, fundos de investimentos, mercados futuros e *commodities* e administração de patrimônio).
- c) **Mercados Internacionais:** são as operações realizadas com moedas estrangeiras (operações de câmbio, arbitragens e repasses de linhas de crédito) e as operações com produtos internacionais (conversão de dívidas, emissão e aquisição de títulos internacionais e lançamento de *commercial papers*).
- d) **Serviços:** são os serviços bancários tradicionais, que dividem-se em serviços geradores de *float*¹² (ordens de pagamento, transferências de fundos, cobrança e serviços de correspondentes) e de tarifas (serviço

¹² O *float* é o período em que o banco permanece com recursos em trânsito de terceiros.

de custódia, recepção de numerário a domicílio, caixa eletrônico, cartão de crédito, dentre outros).

- e) **Proteção a Riscos:** são produtos mais sofisticados nos mercados derivativos que buscam oferecer alternativas de *hedge* de ativos e passivos para empresas. As operações podem ser: *hedge* de moedas (*swaps*, operações com títulos da dívida externa e outros títulos com indexação cambial, opções com ouro e moedas etc.); *hedge* de taxas e preços nos mercados de índices e de futuros, e; prestação de garantias, através de avais, fianças e cartas de crédito.
- f) **Reestruturação de Capital:** são as operações denominadas de engenharia financeira e se assemelham com os serviços de assessoria prestados por empresas de consultoria. Essas operações permitem o acesso ao mercado de capitais, através do lançamento de ações, debêntures e da estruturação de operações de captação de recursos mais sofisticadas. Neste agrupamento também temos as operações de reorganização societária (fusões, aquisições, incorporações e desinvestimentos) e as renegociações de passivos.

IV.3 – A Formação das Taxas de Juros

O nível das taxas de juros de uma economia irá afetar as decisões de poupança e investimento, isto porque, conforme a Teoria Monetarista (SIMONSEN e CYSNE, 1989), das cinco formas possíveis de alocação da riqueza – a moeda, títulos com rendimentos nominais constantes, títulos indexados, bens físicos e capital humano – a taxa de juros exerce forte influência sobre as três primeiras e, em menor grau, às duas últimas¹³.

¹³ A função da demanda por moeda desenvolvida por Milton Friedman leva em consideração, além dos juros reais e nominais, o nível de preços, a expectativa de inflação, o nível de investimentos em capital humano e em bens físicos, a renda permanente da economia e uma variável referente aos gostos e preferências individuais.

Apesar da fundamentação matemática bastante desenvolvida pelo monetaristas, a linha de pensamento econômico denominada *keinesiana* faz severas críticas à política de controle dos juros como instrumento adequado do trato das questões econômicas, conforme pode ser notado nas palavras de GALBRAITH (1996):

“A grave falha da política monetária é que ela pode ter pouco ou nenhum efeito sobre o fluxo da demanda agregada. Como observado, supõe-se que as taxas de juros reduzidas atuem contra as condições depressivas, encorajando empréstimos e gastos pelos consumidores e investimentos pelas empresas. Essas últimas reagem ao custo menor dos empréstimos e, com isso, à maior possibilidade de lucro. Mas em épocas desfavoráveis e de alto desemprego, taxas de juros mais baixas não inspiram confiavelmente gastos pelos consumidores; atitudes depressivas, inclusive as que são produto do desemprego ou do emprego incerto, detêm controle. E em tais épocas, diante do evidente excesso de capacidade das empresas, as empresas comerciais antigas e novas podem não ser encorajadas por taxas de juros baixas a tomar empréstimos e investir e, assim, contribuir para o fluxo de renda; as perspectivas mais amplas são incertas demais. Existe também o efeito adverso das taxas baixas sobre aqueles cuja renda provém dos juros – uma redução de sua contribuição à demanda agregada...”¹⁴

Taxas de Juros de Curto Prazo

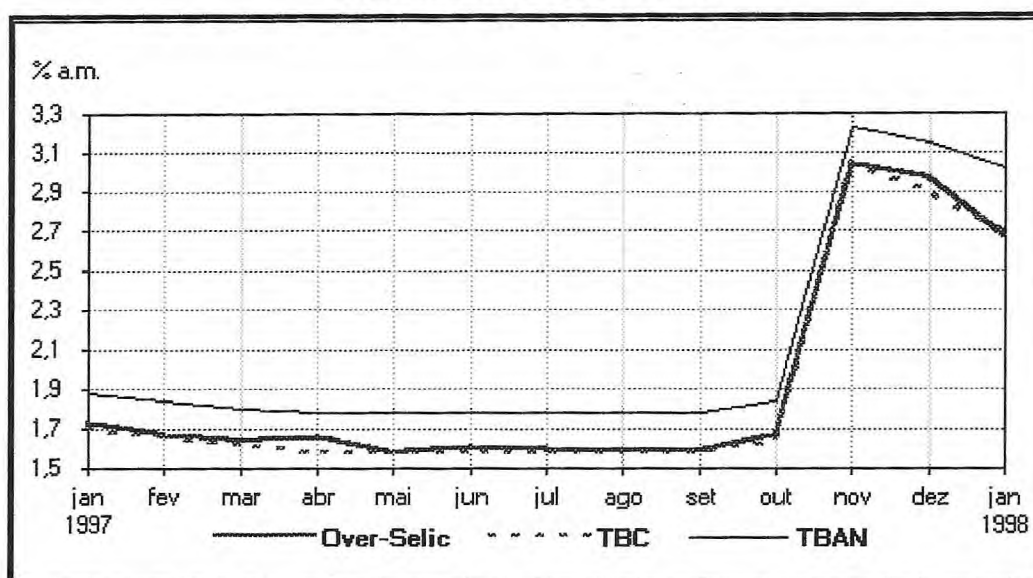
As taxas de juros de curto prazo no Brasil têm como referencial a Taxa do Banco Central (TBC). Essa taxa, que define o patamar mínimo dos juros da economia, com reflexos no preço do dinheiro no mercado interbancário¹⁵, passou a vigorar em julho de 1996. A TBC é utilizada nos empréstimos de liquidez do Banco Central aos Bancos e nos repasses de recursos do PROER.

¹⁴ GALBRAITH, in “A Sociedade Justa”, páginas 42 e 43.

¹⁵ As taxas referenciais no mercado interbancário são o CDI – Certificados de Depósitos Interbancários, que remunera os negócios entre bancos sem garantias, e o SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, denominação das operações de troca de reservas com lastro em títulos públicos.

Outras taxas de importância para o sistema financeiro são a Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN), a Taxa Referencial (TR) e a Taxa Básica Financeira (TBF). A TBAN é utilizada nos chamados redescontos do Banco Central, sempre que forem sacados valores acima do valor básico, ou quando forem dadas garantias diferentes dos títulos públicos federais livres. Essa taxa pode ser igual à TBC, ou sofrer acréscimos, variando de acordo com as garantias oferecidas pelos bancos ao Banco Central.

Gráfico 1: Taxas Básicas de Juros
Em Taxas Efetivas Mensais



Fonte: Banco Central do Brasil, 1998.

A TR é obtida mediante cálculo do custo médio de captação de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) por um conjunto de bancos definido pelo BACEN. A esse custo é aplicado um redutor, determinado periodicamente pelo CMN. A TR, que atualmente serve de base para a remuneração das cadernetas de poupança, foi criada no governo Collor para ser uma taxa referencial de juros, como por exemplo uma *LIBOR* ou *Prime Rate*.

A TR também é utilizada como indexador nos financiamentos imobiliários, empréstimos rurais concedidos com recursos da poupança e financiamentos concedidos com recursos do FGTS. Tramita no Congresso Nacional, projeto, já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), que

extingue a aplicação da TR (substituindo-a pelo IGP-M) como remuneração dos recursos da caderneta de poupança e do FGTS, bem como sobre os financiamentos citados.

A TBF foi criada com o objetivo de alongar o perfil das aplicações em títulos, sendo aplicável às operações ativas e passivas do mercado financeiro com prazo a partir de 120 dias. Sua metodologia de cálculo é idêntica à da TR, mas não se aplica nela o redutor para eliminação do ganho de capital, como acontece na TR.

A TBC e a TBAN, instrumentos de política monetária, são divulgadas pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) que é composto pelo presidente e diretores do Banco Central, além dos chefes dos departamentos Econômico, de Mercado Aberto e de Operações Internacionais.

Os fatores comumente apontados para que a TBC permaneça num nível elevado são a necessidade de manutenção de um cupom cambial positivo (mantendo atrativa a rentabilidade do investidor estrangeiro no mercado nacional)¹⁶ e o controle do nível de aquecimento da economia.

Tendo em vista a influência da taxa de juros praticada nos Estados Unidos, sobre o fluxo de capital estrangeiro que ingressa no Brasil, em alguns casos o COPOM define as suas taxas logo após uma sinalização da remuneração dos títulos do Tesouro Americano. A influência da taxa de juro praticada em um país sobre as taxas de juros ou sobre as cotações das moedas de outros países é um dos pontos marcantes da globalização. Assim, variações das taxas de juros em países como Estados Unidos, Alemanha e Japão, podem ter uma influência decisiva no fluxo de capitais direcionados para outros países.

Quanto aos empréstimos de curto prazo concedidos às empresas para capital de giro, assume importância o custo de captação dos bancos em Certificados de Depósitos Bancários (a média desses custos é utilizada como cálculo da TR e da TBF). Esse custo serve de base para as taxas de juros de empréstimos de curto prazo dos

¹⁶ O termo “cupom cambial” é utilizado para denominar o rendimento auferido por investidores estrangeiros que fazem aplicações de curto prazo, em Reais, no mercado financeiro nacional, ou seja, é a diferença entre a variação dessas aplicações e a correção cambial.

bancos, que tanto podem ser prefixados como indexados à TR ou à TBF, dependendo do prazo da operação.

Além do custo de captação, o custo dos empréstimos ativos dos bancos são influenciados também pelo nível de exigência de depósitos compulsórios do Banco Central e pela existência de tributos que incidem sobre a receita, operações de crédito ou lucro dos bancos.

No comércio exterior, as operações de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, empréstimos concedidos aos exportadores que consiste na antecipação parcial ou total dos Reais equivalentes à quantia em moeda estrangeira que eles vendem ao Banco, têm como custo básico a *London Interbank Offered Rate (LIBOR)* – Taxa Interbancária no Mercado de Londres - acrescido de um *spread*. Esse funding é captado pelos bancos brasileiros de bancos estrangeiros ou de bancos brasileiros com agências no exterior.

As taxas de ACC, comparando-se com as taxas de juros praticadas no mercado interno, representam um estímulo aos exportadores, compensando em parte a propalada defasagem cambial desde o plano Real.

Taxa de Juros de Longo Prazo

A principal taxa aplicada aos financiamentos de longo prazo do sistema bancário é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Essa taxa foi instituída pela Medida Provisória no 684, de 31/12/94 e é calculada em função da rentabilidade dos títulos das dívidas externa e interna, verificada em período imediatamente anterior ao de sua vigência, sendo fixada periodicamente pelo BACEN, de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme podemos verificar na tabela adiante, as taxas vêm sendo reduzidas ao longo do tempo, sendo bastante significativa a redução ocorrida na taxa que vigorou de março a maio de 1997 quando comparada com o mesmo período de

1996. O ritmo de redução só foi revertido com a crise deflagrada na Ásia, em outubro passado.

Tabela 4: Evolução da TJLP – Dezembro/94 a Maio/98

Período	TJLP (ao ano)
Dezembro/94 a Fevereiro/ 95	26,01 %
Março a Maio/95	23,65 %
Junho a Agosto/95	24,73 %
Setembro a Novembro/95	21,94 %
Dezembro/95 a Fevereiro/96	17,72 %
Março a Maio/96	18,84 %
Junho a Agosto/96	15,44 %
Setembro a Novembro/96	14,97 %
Dezembro/96 a Fevereiro/97	11,02 %
Março a Maio/97	10,33 %
Junho a Agosto/97	10,15 %
Setembro a Novembro/97	9,40 %
Dezembro/97 a Fevereiro/98	9,89 %
Março a Maio/98	11,77 %

Fonte: Gazeta Mercantil, diversas edições.

Os *spreads* praticados ainda podem ser considerados elevados, chegando até a 6% ao ano. Todavia, além da redução de custo decorrente da queda da TJLP, os *spreads* das principais fontes de financiamento de empresas também vêm sendo reduzidos. No BNDES, que fornece o *funding* de longo prazo para o sistema financeiro, por exemplo, a taxa final (TJLP, *spread* básico e *spread* de risco) que variava de 3,5% a 6% ao ano, caiu, no segundo semestre de 1997, para 1% a 5% ao ano. As maiores reduções ocorrem em seguimentos que o BNDES deseja estimular tais como micro e pequenas empresas, empreendimentos de cunho social, de controle ambiental, de desenvolvimento tecnológico e de desenvolvimento regional.

Um instrumento de redução dos custos dos financiamentos é a utilização do chamado “rebate”. No Banco do Nordeste, por exemplo, o custo dos financiamentos de sua principal fonte de recursos (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

- FNE), é reduzido em até 40% mediante aplicação desse mecanismo. Essa redução beneficia notadamente as empresas pequenas e médias, empresas situadas no semi-árido nordestino e empresas beneficiárias de recursos do Programa de Desenvolvimento Tecnológico.

O FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (art. 159 I “c”), tendo sido regulamentado pela Lei no. 7.827, de 27.08.89. Seu patrimônio líquido tem como origens principais as transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, financiando os setores produtivos, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas.

Outros Fatores que Afetam o Acesso a Financiamentos

As exigências de garantias e contrapartida de recursos próprios que os bancos fazem ao conceder crédito têm como objetivo reduzir o risco de inadimplência inerente a toda operação de crédito. Os administradores dos bancos têm que prestar conta dos seus atos aos acionistas, ao governo (Banco Central, Receita Federal etc.) e zelar pela segurança dos recursos captados junto ao público.

Numa operação de crédito está implícita a opção da empresa tomadora em não efetuar o pagamento. A existência de garantias ao financiamento reduz o valor dessa opção, tendo em vista as severas penalidades que seriam acarretadas pela inadimplência, resultando mais rapidamente na perda da valiosa garantia oferecida.

A inconveniência de ter a opção de não pagar muito valiosa (caso de empréstimos sem garantia) é que os credores da empresa esperariam ser recompensados por isto. Assim, existindo dois tomadores na mesma classe de risco, aquele que não apresentasse garantias, se obtivesse o crédito, teria que recompensar o credor pagando uma taxa de juro mais elevada que aquele tomador que dispõe de garantias.

Da mesma forma a exigência de recursos próprios (contrapartida) das empresas dá um certo conforto aos credores, reforçando a impressão de que o empreendedor realmente acredita no projeto a ser financiado.

Do ponto de vista normativo, as exigências de garantias e aporte de recursos próprios decorrem de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Resoluções) que estão consolidadas no Manual de Normas e Instruções (MNI) do Banco Central do Brasil, além da ação fiscalizadora do Banco Central que, entre outras coisas, visa proteger o interesse dos depositantes.

Estabelece o CMN, por exemplo, que as operações de crédito dos bancos de desenvolvimento devem ser asseguradas, isolada ou cumulativamente, por garantias reais; alienação fiduciária; aval; fiança; vinculação de recursos, como reserva irrevogável de formas de pagamento, provenientes de cobrança de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de qualquer espécie e outras garantias, a título excepcional, mediante prévia autorização do Banco Central.

Acrescenta ainda o seguinte:

- na constituição das garantias reais, o seu valor deve corresponder, no mínimo, a 125% do valor do financiamento;
- se a garantia real for insuficiente para a cobertura do valor total da operação à data da assinatura do contrato, pode-se admitir seu aumento progressivo na vigência deste, desde que ao curso da execução do empreendimento seja mantido o percentual mínimo de 125%;
- só se admite fiança ou aval de pessoa física ou jurídica cuja situação econômico-financeira e patrimonial lhe confira grau de notória solvência.

Quanto à exigência de recursos próprios o item 2-3-3-2-d do MNI (BACEN, 1998), esclarece que na realização de operações de financiamento de capital fixo, os bancos múltiplos com carteira de investimento e os bancos de investimento

devem observar que os recursos fornecidos são complementares aos do mutuário, que fará sempre investimento próprio em cada projeto, conservando adequada proporção entre seu capital e o valor mutuado.

V – OS AJUSTES DO SETOR BANCÁRIO AO NOVO CENÁRIO MACROECONÔMICO

Durante toda a década de 1980 até meados da década de 90, onde prevaleceu um ambiente econômico marcado pela instabilidade inflacionária, deu-se a constituição de um elevado número de instituições financeiras que, buscando beneficiar-se das receitas inflacionárias decorrentes do *float* de recursos, faziam uso de um elevado número de agências bancárias para a captação de depósitos e aplicações.

Com a introdução do Plano Real, em julho de 1994, e o período de baixas taxas de inflação que se seguiu, o sistema financeiro nacional teve que passar por profundas modificações, necessitando ser redimensionado e reorientado para outras formas de financiamento de suas atividades. BARROS & ALMEIDA JR. (1997) dividem esse movimento de reestruturação em três fases:

- **Primeira Fase** – redução do número de bancos, decorrente do movimento de incorporações, fusões e liquidações de instituições financeiras e a implementação do PROER em conjunto com as medidas adotadas pelo Banco Central, quanto à legislação e supervisão bancária;
- **Segunda Fase** – iniciada em meados de 1996, tem sido caracterizada pela entrada dos bancos estrangeiros e pelo início dos ajustes do sistema financeiro público. A forma encontrada pelo Banco Central para a entrada ordenada de novas instituições capitalizadas foi a de cobrança de “pedágios” que consistiam na venda de ativos das instituições que sofreram intervenções, tal como ocorreu com o Bamerindus, adquirido pelo HSBC por cerca de US\$ 400 milhões;
- **Terceira Fase** – compreende uma profunda modificação no modelo operacional das instituições bancárias, onde a receita inflacionária

está sendo substituída pela receita proveniente da intermediação financeira e pelas tarifas de serviços.

V.1 – Os Efeitos da Estabilidade Econômica

O primeiro efeito da estabilização econômica sobre o setor bancário foi a perda de uma importante fonte de receita, o *float*. Esse ganho era permitido pela perda do valor real dos depósitos à vista e dos valores em trânsito. Durante a década de 80 a receita inflacionária, em termos anuais, é estimada em cerca de 2% do PIB. No início dos anos 90 esse valor cresceu para cerca de 4% do PIB (média de 1990 a 1993), voltando a cair para 2% do PIB em 94, para então ser reduzido a valores inexpressivos em 1995.

Tabela 5: Receita Inflacionária

Ano	Receita Inflacionária/PIB
1990	4,0%
1991	3,9%
1992	4,0%
1993	4,2%
1994	2,0%

Fonte: ANDIMA/IBGE, citado em BARROS e ALMEIDA JR.

Se, por um lado, a perda do *float* já era um indicador de que o sistema necessitava se reestruturar, o custo de manutenção de um elevado número de agências de atendimento, que antes se viabilizava pelo ganho com a inflação, por outro lado, não era mais economicamente viável. O processo de ajuste iria se iniciar pelo fechamento de

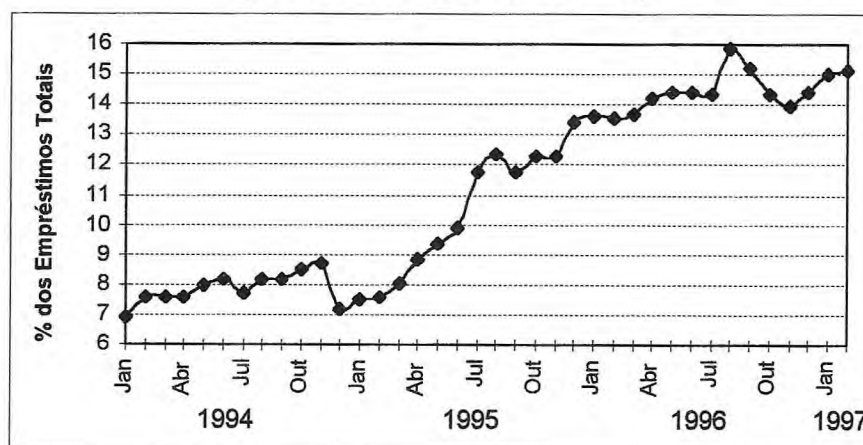
agências, ainda que modestamente, pois o número de dependências bancárias só reduziu de 17.939, em dezembro de 1994, para 17.865, em dezembro de 1995.

V.2 – A Reação do Setor Bancário

O setor bancário tentou compensar a perda da receita inflacionária, antes de diminuir a rede de agências e fazer ajustes estruturais no modelo operacional, com o aumento das operações de crédito. Os empréstimos totais do sistema financeiro para o setor privado, segundo dados do Banco Central, mostraram crescimento de 81% no período compreendido entre junho de 1994 e março de 1995, possibilitando que o aumento da receita com essas operações compensassem, ainda que parcialmente, a perda do *float*, postergando o ajuste do sistema.

A decorrência natural da expansão rápida das operações de crédito foi o aumento da vulnerabilidade das instituições financeiras, visto que, com a diminuição do rigor na análise do crédito, aumentam-se os riscos de inadimplência – de fato, de acordo com dados do Banco Central, a inadimplência do setor financeiro saltou de 7%, em janeiro de 1994, para cerca de 15%, em janeiro de 1997, atingindo o pico de 16%, em agosto do ano anterior.

Gráfico 2: Empréstimos em Atraso e em Liquidação no Sistema Financeiro (Jan/1994 a Fev/1997 – em %)



Fonte: Banco Central do Brasil, in BARROS e ALMEIDA JR. – Exclui Banespa, Banerj e CEF

A dificuldade de se conseguir captar novos recursos para a concessão de crédito, os elevados patamares de recolhimentos compulsórios impostos pelo Banco Central, associado aos altos custos administrativos e a procedimentos administrativos duvidosos, levou a espalhar uma desconfiança generalizada quanto à saúde financeira do mercado bancário, gerando uma migração dos recursos para as instituições tidas como “*too big to fall*” (grandes demais para quebrar), como os bancos públicos federais, os estrangeiros e os de grande porte. Como ação saneadora, o Banco Central instituiu o PROER, já comentado no Capítulo III.

Dando continuidade a um processo que já vinha ocorrendo desde os primeiros anos da década de 1990, o setor bancário acelerou o corte de pessoal como medida de redução de custos, partindo de cerca de 820 mil empregados, em janeiro de 1990, para aproximadamente 580 mil, em janeiro de 1996.

Tabela 6 – Remuneração de Pessoal/Valor da Produção dos Bancos Públicos e Privados

	Públicos (%)	Privados (%)
1990	64,4	32,4
1991	71,0	34,1
1992	115,7	31,5
1993	144,9	26,6
1994	96,4	23,5
1995	71,6	33,8

Fonte: ANDIMA/IBGE, in BARROS e ALMEIDA JR

Apesar da tendência inicial em se buscar a redução de custos através do corte de pessoal, algumas instituições perceberam que uma redução efetiva só se daria pela revisão dos processos operacionais, onde os recursos humanos devem estar alinhados com o padrão tecnológico adotado.

Além dos esforços para a redução dos custos, os bancos brasileiros buscaram a manutenção da alta rentabilidade através do aumento dos custos para o cliente. A rentabilidade patrimonial média verificada nos balanços do primeiro semestre de 1996 foi de 18,83%, conforme dados divulgados na Revista ABAMEC Rio, de agosto do referido ano.

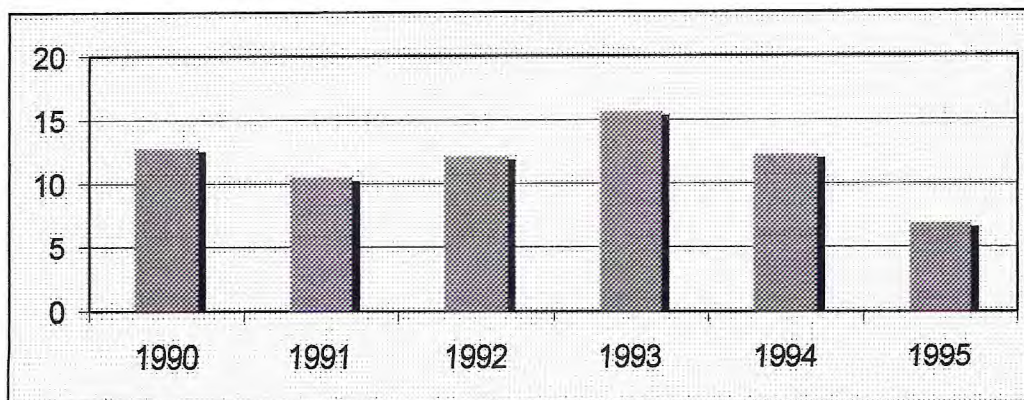
Tabela 7: Desempenho das Instituições Bancárias – 10 Melhores

(Base: Junho/1997 – Valores em R\$ milhões)

Bancos	Patrimônio	Luc. Líquido	Rent. Patrim.	Rent. Anual
Fenícia	100.241	22.233	22.18%	49.28%
SRL	81.445	10.034	12.32%	26.16%
BBA Credistalt	452.701	54.054	11.94%	25.31%
Cidade	185.766	20.657	11.12%	23.48%
BMG	155.967	17.185	11.02%	23.25%
Bahia	317.262	28.086	8.85%	18.49%
Pontual	171.705	14.641	8.53%	17.78%
Itaúbanco	4.104.254	344.651	8.40%	17.50%
Bradesco	5.725.192	443.588	7.75%	16.10%
Sudameris	534.048	32.716	6.13%	12.63%

Fonte: SANTOS, 1997, in Revista ABAMEC Rio, pág. 14

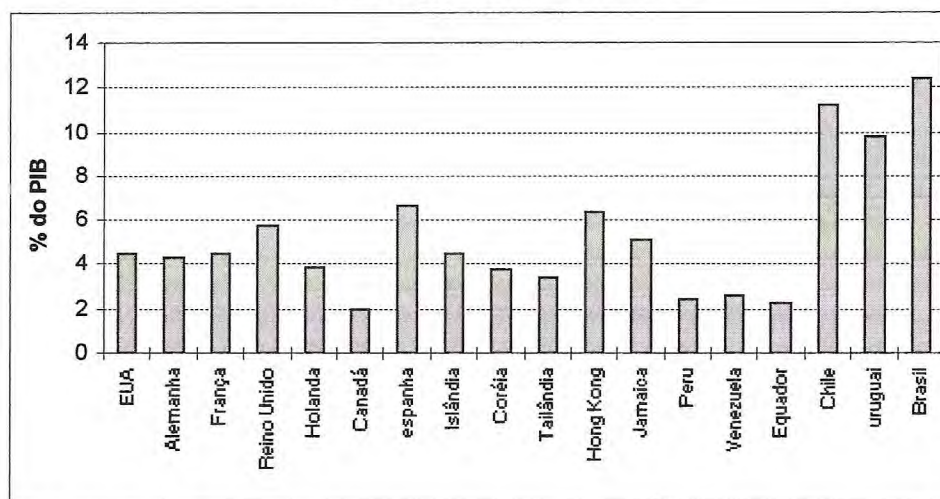
A necessidade de aumentar a eficiência do setor e contrair as margens operacionais deverá ser um dos principais determinantes da reestruturação do sistema financeiro ao longo dos próximos anos.

Gráfico 3: Participação das Instituições Financeiras no PIB - Brasil

Fonte: ANDIMA/IBGE: Sistema Financeiro - Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995.

Em decorrência desse processo, a participação do setor bancário no PIB se reduziu nos últimos anos, aproximando-se dos países de economia estável, onde tal participação situa-se entre 2% (Canadá) e 6,6% (Espanha), sendo que países com experiência inflacionária recente o número verificado esteve acima de 10%, como nos casos do Chile, Uruguai e Brasil.

Gráfico 4: Participação das Instituições Financeiras no PIB
Países Selecionados - 1985-1991



Fonte: ANDIMA/IBGE: Sistema Financeiro - Uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995.

V.3 – Tendências para o Reposicionamento Estratégico

O cenário tendencial para o setor financeiro brasileiro revela, apesar das grandes incertezas quanto ao futuro, um ponto inquestionável: o aumento da competição gerada com a forte presença das instituições estrangeiras sugere uma redefinição das estratégias competitivas dos bancos nacionais.

Os bancos estrangeiros levam algumas vantagens importantes até mesmo sobre os grandes bancos nacionais, pois estão preparados para operar em um ambiente de estabilidade econômica, possuem tecnologia testada para a concessão e administração do crédito e, em geral, possuem índices de produtividade superiores à média brasileira.

Segundo PORTER (1990):

“A concorrência está no âmago do sucesso ou fracasso das empresas, determinando a adequação das atividades que podem contribuir para seu desempenho, como inovações, uma cultura coesa ou uma boa implementação. A estratégia competitiva é a busca de uma posição competitiva favorável em uma indústria, a arena fundamental onde ocorre a concorrência. A estratégia competitiva visa a estabelecer uma posição lucrativa e sustentável contra as forças que determinam a concorrência na indústria.”¹⁷

Assim, as estratégias competitivas genéricas, segundo o mesmo autor, podem se dar através da **liderança em custos**, ou seja, através da eficiência na administração e controle dos custos, as empresas podem oferecer preços mais competitivos ou manter margens de lucro mais elevadas; pela **diferenciação** onde se busca agregar atributos aos bens e serviços ofertados de forma que estes se adequem melhor às necessidades dos clientes (que, então, pagarão mais caro por eles); e pelo **enfoque** que é a seleção do segmento ou grupo de segmentos no setor e a orientação da estratégia para atendê-los.

¹⁷ PORTER, Michael E. *Vantagem Competitiva*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990, página 1.

No caso brasileiro, a reorientação estratégica irá envolver uma mistura dos três tipos de abordagens: serão necessários investimentos em tecnologia, visando a redução de custos e melhoria da eficiência; o desenvolvimento de produtos e serviços diferenciados; e a segmentação geográfica ou por tipo de atividade ainda irá prevalecer.

Investimentos em tecnologia

No período de convivência com a inflação, os bancos brasileiros se prepararam para administrar as informações sobre a captação de recursos na ampla rede de agências e para oferecer aos clientes rapidez na transferência de valores. Em nenhum outro país com a mesma extensão territorial, a compensação de cheques é feita em um dia, de forma automatizada. O mesmo ocorre com a cobrança bancária, a administração de investimentos financeiros e às transferências em geral.

No Brasil, as instituições bancárias realizam uma série de atividades que não costumam ser de sua responsabilidade em outros países, funcionando como uma grande máquina arrecadadora e pagadora. De acordo com a Febraban, circulam mensalmente pelo sistema cerca de 64 milhões de pagamento de contas de água, luz, telefone e gás; ocorrem 14 milhões de pagamentos a aposentados; 20 milhões de recolhimentos de tributos federais e estaduais; 50 milhões de bloquetes de cobrança e, aproximadamente, 500 milhões de cheques.

Entretanto, as novas exigências de investimentos em tecnologia dizem respeito à redução de custos operacionais e ao aumento da eficiência, necessitando que se introduza, por todos os meios, canais de distribuição mais baratos do que a agência bancária tradicional, como atendimento por telefone, *home banking* e auto-serviço. Essa economia pode ser significativa, pois uma operação no caixa da agência custa, em média, 2 reais, enquanto que, por telefone ou fax, custa 76 centavos, e, no auto-serviço, 58 centavos e somente 29 centavos no *home banking*.

No ano de 1996 o Itaú investiu US\$ 315,8 milhões em tecnologia de informática, o Bradesco investiu US\$ 190 milhões (aumentando este valor para US\$

270 milhões em 1997) e o Unibanco e o Real investiram US\$ 150 milhões cada. Um estudo desenvolvido pela empresa de consultoria Ernst & Young sugere que esses valores cresçam, em média, 20% ao ano até o final do século¹⁸.

Apesar do enfoque na redução dos custos, os principais objetivos dos bancos ao investir em tecnologia da informação é a conquista de novos clientes e a manutenção dos clientes antigos. Nesse sentido, os investimentos buscam atender à demanda crescente dos clientes por novas forma de acesso a serviços bancários com mais comodidade e rapidez, sendo as áreas prioritárias:

Home e Office Banking – são sistema remotos de acesso a informações, através de um computador equipado com placa de *fax modem*, permitindo consultar extratos e saldos de contas correntes, posições de operações de crédito, solicitação de talões de cheques a domicílio, transferência de valores, pagamentos diversos, movimentação de aplicações, dentre outros.

Smart Cards – são cartões inteligentes que substituem as tarjas magnéticas por um *microchip* capaz de armazenar dados pessoais do portador e realizar operações de saques, pagamentos de contas e compras, substituindo todos os outros cartões. O projeto mais avançado de *smart cards* no Brasil é o do Bradesco, ainda em fase de testes na cidade paulista de Itú.

Database Marketing – são grandes conjuntos de informações sobre o histórico de clientes que poderão ser utilizados para aumentar o nível de conhecimento sobre padrões de consumo, práticas de pagamentos e necessidades financeiras, permitindo o desenvolvimento de produtos sob medida para o consumo de massa. O *database marketing* suporta diversos processos de decisão, podendo ser utilizado como suporte no processo de concessão de crédito.

¹⁸ CARVALHO, 1997.

Internet – trata-se de uma rede global de informação onde pessoas de qualquer parte do mundo podem acessar informações de outras pessoas ou empresas (produtos, serviços, dados de mercado, preços etc.). Diversos bancos têm utilizado a Internet como plataforma de venda, integrando os recursos de *home* e *office banking* à sua facilidade de acesso. Dos bancos brasileiros o Itaú é que tem mostrando mais inovações nessa área.

Novos produtos

Como já comentado, o principal resultado do Plano Real para as instituições financeiras foi a queda vertiginosa de suas receitas com o *float*. A primeira alternativa encontrada foi a orientação para o crédito que, como reação às ações governamentais do controle da economia, levaram as taxas de juros a níveis elevados, gerando uma alta inadimplência, resultado em uma maior exposição ao risco de perdas.

Para o futuro, espera-se que o governo tenha cada vez menos um papel atuante na economia permitindo que a intermediação financeira torne-se a principal fonte de receitas para o setor.

A partir daí, os bancos passarão por dois momentos distintos: primeiramente, o esforço se dará no desenvolvimento e aquisição de tecnologia de avaliação e acompanhamento do crédito, através de sistema de análise de risco – *credit scoring, rating*, seguro de crédito, dentre outros.

O segundo passo será dado no sentido de se aumentar o volume da carteira, única maneira de permitir uma maior autonomia para assumir mais riscos e oferecer maiores possibilidades a seus clientes.

Quanto aos serviços bancários, antes amplamente oferecidos sem custos para os clientes, passaram a representar uma nova possibilidade de receita. A evolução das tarifas tem sido objeto de críticas, haja visto a grande divergência de valores cobrados entre as instituições. De outro lado, a possibilidade de ganho com a prestação

desses serviços permite que outros setores mostrem interesse em atender ao mercado, tais como as casas lotéricas, redes de farmácias e os correios.

Cabe aos bancos nacionais se esforçarem no sentido de oferecer produtos cada vez mais preparados para solucionar problemas específicos de um ambiente de estabilidade econômica, tais como assessoria financeira de alto nível (*Corporate Finance*), administração de portfólio, operações de proteção a riscos (*Hedge*) nos mercados derivativos e engenharia financeira (securitização, acesso ao mercado de capitais, *Project Finance*, captações de recursos e assessoria em operações societárias).

Estrangeiros no mercado

Como a maioria dos setores de nossa economia, a indústria bancária esteve fechada até pouco tempo para a entrada de novas instituições estrangeiras. Tal proibição remonta o período de domínio militar da década de 1970 e foi mantida na Constituição de 1988, deixando ao Presidente da República o poder de autorizar a entrada de bancos estrangeiros, desde que atendendo interesse da política econômica nacional.

Nos mercados americano e europeu, onde a maioria das atividades econômicas encontra-se em uma situação de maturidade, a elevação das taxas de lucros das empresas só se torna possível pela redução de custos gerada pela escala das operações ou inovações tecnológicas, uma vez que qualquer aumento do *market-share* significa redução da lucratividade, seja pelo maior esforço de marketing, seja pela redução das margens derivada da diminuição de preços.

No setor bancário internacional a busca de escala tem sido perseguida através de uma agressiva estratégia de fusões e aquisições, como podemos ver em algumas transações recentes:

- A aquisição do banco de investimento Salomon Inc. pelo Travelers Group por US\$ 9 bilhões;

- A incorporação pelo Dresdner Bank das operações do banco de investimentos britânico Kleinwort Benson Group PLC, em uma transação de US\$ 1,6 bilhão;
- A fusão do Swiss Bank Corporation (SBC) com o Union Bank of Switzerland (UBS), sendo que tal operação cria uma nova instituição que administra US\$ 1 trilhão de recursos.

A entrada nos mercados emergentes aparece como outra estratégia de crescimento, já que nesses mercados há grande potencial de crescimento das operações. No Brasil, com a crise deflagrada em algumas instituições com o fim do ganho inflacionário, o Banco Central se dispôs a permitir a venda de suas carteiras para bancos estrangeiros, como forma de preservar a solvência do sistema financeiro nacional.

A principal operação feita dessa forma foi a aquisição pelo HSBC do Bamerindus, por R\$ 1 bilhão. O HSBC é o maior banco do mundo em capital próprio, com US\$ 25,7 bilhões, em junho de 1997, e ativos totais de US\$ 401,7 bilhões.

Quadro 4: Bancos Estrangeiros no Brasil

Tipo de Instituição	Quem está chegando agora	Quem está expandido as atividades
Bancos de Varejo	HSBC (Inglaterra), Santander (Espanha), Espírito Santo (Portugal), Crédit Agricole (França)	Bank Boston e Citibank (EUA), Sudameris (Itália)
Bancos de Atacado e de Investimentos	Morgan Stanley, NationsBank e Wachovia (EUA), Robert Fleming (Inglaterra), Banque Nationale de Paris e Peugeot Citroën (França), Royal bank of Canada (Canadá), Galicia (Argentina), RaboBank (Holanda)	Bank of America, Bear Stearns, Salomon Brothers, Goldman Sachs, American Express, Merrill Lynch, JP Morgan e Bankers Trust (EUA), SBC Warburg (Suíça), Credistantalt (Áustria), Deutsche (Alemanha), Mitsubishi (Japão)
Empresas de Gestão de Recursos	Pictet (Suíça), Fidelity, Franklin Templeton, Mellon Bank, Alliance, Capital, NationsBank e Wassertein	ING e ABN Amro (Holanda), Lloyds (Inglaterra), AGF e Sogeral (França), Deutsche (Alemanha),

	Perella (EUA), Schroder (Inglaterra)	Citibank, Salomon Brothers, American Express, Merrill Lynch, JP Morgan e Bankers Trust (EUA), Credistantalt (Áustria)
Crédito ao Consumidor	GE Capital e AIG (EUA), Creditanstalt (Áustria)	Citibank e Bank Boston (EUA), Lloyds (Inglaterra), ABN Amro (Holanda), Socimer (Espanha)

Fonte: Banco Central, citado na Revista Exame, edição de 14.01.98.

As principais vantagens dos bancos estrangeiros sobre os nacionais estão relacionadas com o custo de captação de recursos (o HSBC, por exemplo, é avaliado internacionalmente com de baixíssimo risco o que lhe permite pagar taxas baixas na emissão de títulos), a tecnologia utilizada na concessão de crédito, possuem diversos produtos diferenciados, já testados em outros países, e têm índices de produtividade superior a média dos bancos nacionais.

A forte presença dessas instituições já pode ser sentida: atualmente, sete estrangeiros já integram a relação do 15 maiores bancos privados por ativos totais; abrigam 16% dos ativos totais do sistema nacional, 38% das operações de crédito ao setor privado e 14% dos depósitos à vista.

VI – CONCLUSÕES

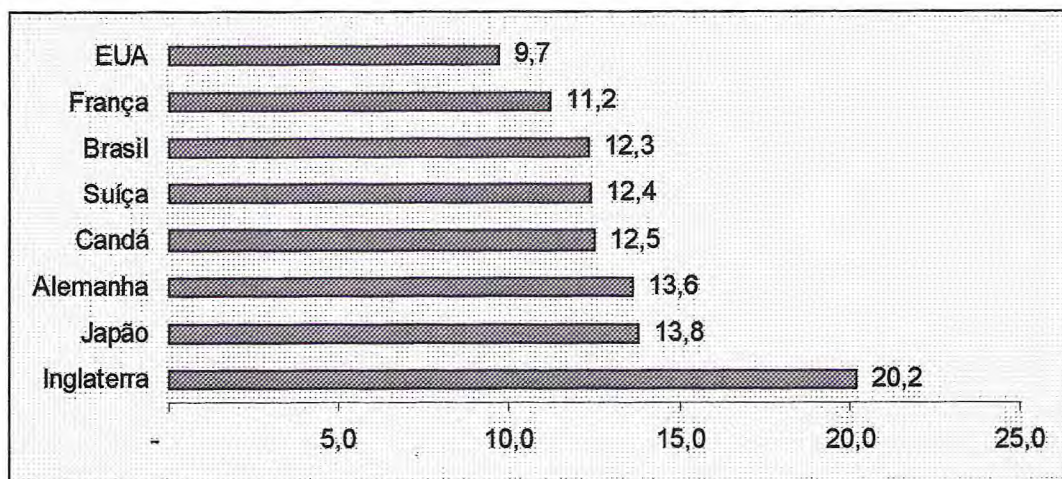
Se, por um lado, temos as necessidades da reorientação do setor bancário nacional enquanto atividade empresarial, temos, por outra via, o requerimento de ajuste das contas públicas como pré-requisito para a orientação efetiva das autoridades monetárias para a regulação do mercado, de forma autônoma, e rompendo com círculo vicioso da intermediação do financiamento preferencial para o próprio governo¹⁹.

Ademais, a necessidade de se estimular o incremento da poupança interna, e assim viabilizar os investimentos produtivos necessários para o desenvolvimento da economia, exige correções estruturais de ordem política, como a reforma da previdência e o incentivo à formação fundos de pensão privados, tal qual ocorreu no Chile, em exemplo citado por CYSNE e FARIA (1997).

Além dos ajustes estruturais pelos quais o ambiente macroeconômico deve passar, é necessário verificar as tendências para o setor a nível internacional como forma de adequá-lo para o aumento do nível de competição e da conseqüente redução do ganho com *spreads*. A reestruturação do setor bancário nacional passará por um movimento de fusões e aquisições, onde somente os mais competitivos sobreviverão.

As palavras-chaves para as instituições financeiras nos próximos anos serão *competitividade* e *sustentabilidade*. A perda da receita do *float* decorrente do fim do período de instabilidade dos preços, exige esforços para a redução de custos e busca de novas fontes de receitas sem, contudo, onerar o cliente. O desenvolvimento de novas formas de comércio, principalmente eletrônicas (Internet, *home banking* etc.) e a entrada no mercado de instituições não bancárias que passam a fornecer serviços antes exclusivos dos bancos, estão mudando radicalmente a forma de trabalhar e competir.

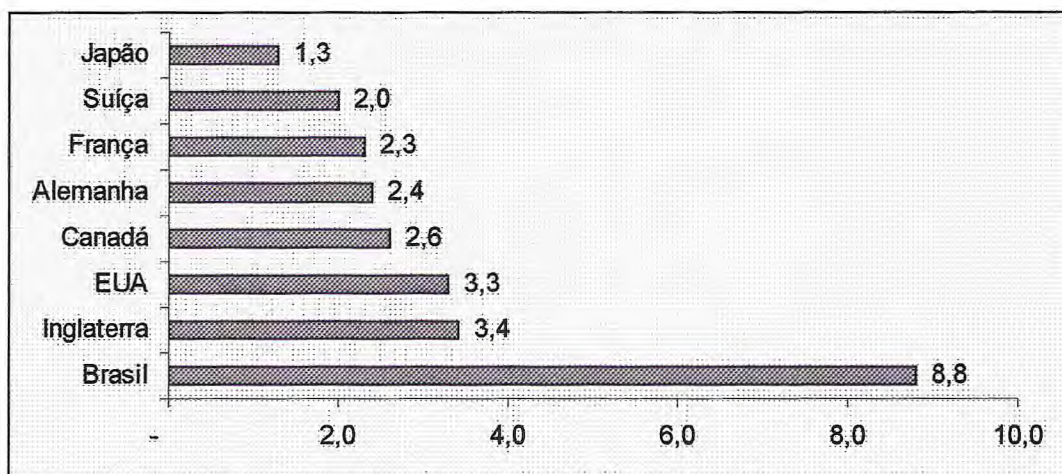
Gráfico 5: Comparativo dos Sistemas Bancários Mundiais
Rentabilidade do Patrimônio Líquido – em %



Fonte: Austin Asis, in GAZETA MERCANTIL (1997)

As estratégias envolvem diversos caminhos. A especialização se mostra como uma alternativa para os bancos de médio e pequeno porte, desenvolvendo produtos sob medida para as necessidades de grupos específicos de clientes, vencendo com eficácia e eficiência a concorrência com serviços menos padronizados.

Gráfico 5: Comparativo dos Sistemas Bancários Mundiais
Despesas Operacionais Sobre Ativos – em %



Fonte: Austin Asis, in GAZETA MERCANTIL (1997)

¹⁹ CYSNE e FARIA (1997) analisam este desvio destacando o peso do setor público como grande tomador de recursos do sistema.

Para aqueles que não consigam se especializar, provavelmente serão anexados aos maiores que se dedicarão ao processo de fusões e aquisições como forma de ampliar suas esferas de ação e negócios, aumentando suas carteiras de produtos, serviços e competências e melhorando sua performance com o aumento das economias de escala.

Os bancos estrangeiros, principalmente os que aqui já operam, deverão aproveitar o novo cenário financeiro nacional, marcado pela estabilidade econômica, para expandir suas operações, introduzindo novos produtos e serviços já testados e aprovados em outros mercados, aumentando consideravelmente a competição do setor.

As oportunidades de negócio aumentarão muito, especialmente as operações de financiamento ao comércio internacional, decorrente da maior inserção das empresas e consumidores brasileiros no chamado mercado global. O aumento substancial do número de empresas multinacionais, as quais muitas vezes encontram problemas em possuir banqueiros diferentes em cada país em que atuam, o maior número de pessoas que se deslocam externamente, demandando serviços confiáveis no maior número de lugares possíveis, criam, entre outras, oportunidades para os bancos se internacionalizarem.

Com a globalização e a proximidade virtual, via informática, os mercados ficaram mais integrados e acessíveis, tornando as instituições financeiras organizações de abrangência global. Esses fatores irão exigir das autoridades do sistema financeiro ajustes nos procedimentos de supervisão e regulamentação para a crescente internacionalização dos agentes do mercado financeiro, criando mecanismos de proteção que possam ajudar as autoridades regulatórias a perceber qualquer tipo de turbulência.

Quanto ao número de instituições que o sistema abrigará, existem diversos estudos realizados por empresas especializadas versando sobre este assunto. A McKinsey, por exemplo, estima que em cinco anos somente 3 ou 4 bancos de varejo

irão dominar 60% do mercado local, tendo cerca de 80% do lucro do setor²⁰. Já a Ernst & Young prevê que, no ano 2000, a indústria bancária brasileira irá possuir somente 120 instituições²¹, mas concentrado em cerca de sete instituições de varejo, que dominarão metade do mercado.

Apesar das divergências entre os estudos, as principais tendências são, por um lado, de concentração das atividades em grandes conglomerados bancários, tais como o Bradesco, o Itaú, o HSBC, o Santander e Citicorp. No outro lado temos a especialização geográfica ou em nichos de mercado das instituições de pequeno e médio porte.

A identificação de nichos de mercado, mesmo que isso signifique atuar em mercados mais voláteis e de maior risco, bem como a racionalização dos custos são inevitáveis para a sobrevivência dos bancos, principalmente aqueles de médio porte. Os produtos serão altamente adaptados às necessidades dos clientes, o que exigirá uma maior capacidade de inovação e adaptação.

Com o esgotamento das fontes tradicionais de recursos, a indústria bancária deve buscar novas fontes estáveis para o financiamento de seus custos, principalmente aqueles operacionais, como mão-de-obra, aluguéis e tecnologia, cujo controle será fundamental. Existe uma forte tendência de se utilizar a terceirização, principalmente nos níveis de menor qualificação. Cada vez mais as decisões serão tomadas perto do cliente, exigindo uma maior autonomia para as pontas do sistema.

Nesse novo cenário, deve-se esperar que o desempenho das instituições seja diferenciado na medida em que algumas delas terão vantagens competitivas sobre as demais. A concorrência se tornará cada vez mais forte, inclusive pela presença de instituições não-bancárias, como as operadoras de cartão de crédito e os prestadores de serviços de recolhimento e cobrança.

Concluindo, com a consciência das exigências de um mundo em rápidas transformações, as instituições financeiras devem orientar suas estratégias competitivas para assegurar um ambiente propício ao desenvolvimento estável. Esse processo de

²⁰ O assunto foi objeto do artigo "Quem vai sobreviver" publicado na Revista Exame, edição de 05.06.98.

renovação deve estar baseado no espírito empreendedor, com ações orientadas para o crescimento, alicerçado em investimentos, avanços tecnológicos continuados e especialização profissional.

²¹ Metade da quantidade existente em 1996 (ERNST & YOUNG, 1996).

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDE. *Financiamento ao Desenvolvimento: Políticas de Financiamento ao Longo Prazo, Funding e Formação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, ABDE, 1994.
- BACEN. *Manual de Normas Internas – MNI*. Brasília, Banco Central do Brasil, versão eletrônica (SISBACEN), atualizado até maio/1998.
- BACEN. *Manual de Títulos e Valores Mobiliários*. Brasília, Banco Central do Brasil, 4ª edição, 1997.
- BACEN. *Nota para a Imprensa – Política Monetária e Fiscal*. Brasília, Banco Central do Brasil, 05.06.98, disponível na Internet no site www.bcb.gov.br.
- BACEN. *Resenha Econômica – Fevereiro e Março de 1998*. Brasília, Banco Central do Brasil, 1998.
- BANCO FENÍCIA. *Boletim de Crédito e Inadimplência*. São Paulo, boletins bimestrais publicados pelo Banco Fenícia, edições de fevereiro e abril de 1998.
- BARROS, José R. Mendonça de e ALMEIDA JÚNIOR, Mansueto Facundo de. *Análise do Ajuste Financeiro no Brasil*. Brasília, Ministério da Fazenda, maio de 1997.
- BERNHOEFT, Gustavo. Bancos à Venda. *Revista América Economia*. São Paulo, Dow Jones, edição nr. 119, maio de 1997.
- BNDES. Textos para Discussão. *Mercado Financeiro Internacional: Transformação e Tendências*. Rio de Janeiro, BNDES, outubro de 1991.
- BNDES. *Sinopse Econômica*. Rio de Janeiro, BNDES, edição nº 64, maio/98.
- BRITO, Ney O. e LARRÉCHÉ, Jean-Claude. *O Planejamento Estratégico de Instituições Financeiras*. Rio de Janeiro, UFRJ COPPEAD, 1983.
- CARVALHO, Maria Christina. Aquisições e Fusões Bancárias Crescem 17% ao ano. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 23.12.97, pág. B-1.
- CARVALHO, Maria Christina. Bancos Investem para Atrair Clientes. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 19.06.97, pág. B-16.

- CARVALHO, Maria Christina. Fusões e Aquisições de Bancos Ganham Corpo. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 18.11.95, pág. A-10.
- CONTADOR, Cláudio R. *O Papel do Mercado Financeiro no Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, COPPEAD/UFRJ, mimeo., 1982.
- CYSNE, Rubens Penha e FARIA, Lauro F. V. Considerações sobre o Sistema Financeiro Brasileiro. *Revista de Economia da FGV*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, edição de julho de 1997.
- ECONOMIST, The (tradução autorizada). Bancos Revêem Estratégias na América. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 13.03.98, pág. A-12.
- ERNST & YOUNG. *Bancos: Análise da Indústria Bancária do Brasil*. São Paulo, Ernst & Young, 1996.
- FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: Produtos e Serviços*. Rio de Janeiro, Ed. Qualitymark, 1997.
- FUCS, José. O Céu é o Limite. *Revista Exame*. São Paulo, Ed. Abril, edição de 14.01.98.
- FURASH, Edward E. Competindo nos Novos Mercados Financeiros Globais: Intermediação, Tecnologia e Guerra de Riscos. *Revista SERASA*. São Paulo, edição de janeiro de 1998.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Sociedade Justa: uma perspectiva humana*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1996.
- GAZETA MERCANTIL. *Relatório Os Bancos*. São Paulo, edição de 12.12.1997.
- HASTINGS, David F. *Sistemas de Custos Bancários: Conceituação, Montagem e Uso*. São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB, 1986.
- HORNE, J. C. Van. *Funções e Análises das Taxas de Mercados de Capitais*. São Paulo, Ed. Atlas, 1972.
- IPEA. *O Brasil na Virada do Milênio – Trajetória de Crescimento e Desafios do Desenvolvimento*. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.
- LAFERTY GROUP. *Second International Retail Financial Services*. Conferência organizada pelo grupo Laferty, realizada em São Paulo em maio de 1997.
- LAMY, Roberto. *Custo de Produtos e Serviços Bancários*. São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB, 1988.

- MIEDZINSKI, João Cirilo. *Bancos Múltiplos: Manual de Gestão*. São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB, 1992.
- MINFAZ-SPE. *Boletim de Acompanhamento Macroeconômico*. Brasília, Ministério da Fazenda, dezembro de 1997.
- MUELLER, P. Henry. Ciclos e Cultura de Crédito. *Revista SERASA*. São Paulo, edição de janeiro de 1998.
- PORTER, Michael E. *Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1990.
- PRADO, Maria Clara R. M. do. Queda da Inflação Forçou Ajuste dos Bancos. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 09.06.97, pág. B-20.
- SANTOS, Suzana. Lucros e Ineficiência. *Revista ABAMEC Rio*. Rio de Janeiro, edição de agosto de 1997, págs. 14/15.
- SHAPIRO, Edward. *Análise Macroeconômica*. São Paulo, Ed. Atlas, 1978.
- SIMONSEN, Mário Henrique e CYSNE, Rubens Penha. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 1989.
- SOTELINO, Fernando B. O Mundo Mudou, e os Bancos? *Gazeta Mercantil*. São Paulo, edição de 25.09.97, pág. A-3.